

## Editorial Cultural FM Torres RS – 30.04. 24

### Turbulência nas Universidades dos Estados Unidos e França

Agências internacionais dão conta de invasões estudantis, com apoio de políticos e intelectuais nas principais Universidades americanas e também da França. Alguns já lembram aí que podemos estar às vésperas de um novo 1968, quando manifestações estudantis na França deflagraram uma era de conflagrações no mundo inteiro. Difícil, a conjuntura é outra. Mas não impossível. Nos Estados Unidos os administradores das Universidades invadidas chamaram a Polícia para desobstruir os campi. Esta, como sempre, atuou com excessos que levam mais ao recrudescimento do movimento do que seu apaziguamento. Num dos casos, a candidata a Presidência do país pelo pequeno Partido Verde foi até presa. O fato suscita preocupações e muita discussão. A grande preocupação, nos Estados Unidos, diz respeito à influência das manifestações estudantis sobre as eleições presidenciais deste ano. Jovens universitários e intelectuais são tradicionalmente eleitores do Partido Democrata. Não têm poupado a política de Biden de apoio quase irrestrito ao Premier Netanyahu, que já tem um passivo de 34 mil mortes em Gaza. Internamente, em Israel, o próprio Netanyahu está num beco sem saída e talvez pouco tempo no poder. Dois polos importantes de apoio às suas ações em Gaza o estão pressionando. Os radicais querem uma "solução final" contra o Hamas em Gaza; mais moderados, da Oposição a ele, mas presentes do Gabinete de Guerra, não. Vai cair. Biden tenta um tímido recuo na política de apoio irrestrito a Israel. Não tem funcionado. Diz uma coisa, faz outra, como por exemplo na questão da criação do Estado da Palestina. Votou contra, semana passada, na ONU sobre esta proposta que, aliás, ganha corpo em vários países ocidentais, inclusive Brasil. Outro ponto em discussão é a liberdade de opinião, implícita nas manifestações. Pedra de toque da experiência constitucional americana, materializada simbolicamente na Estátua da Liberdade em N.Y. , como justificar a repressão, que vai se estendendo numa espécie de novo macarthismo, em vários setores da vida dos Estados Unidos? Ser a favor da Palestina na atual crise de Gaza está se tornando um veredito contra jornalistas, professores, intelectuais etc. Como irá o país reagir contra isso? O assunto repercute no Brasil, pois aqui também temos discutido sobre os limites das Redes Sociais. Hoje dois dos maiores podcasts – Globo e Folha Uol – tratam do assunto. Outros grupos também o discutem. Abaixo, a reprodução parcial de um debate levado a efeito num desses grupos, outrora chamados luas-prestas, hoje borboletas azuis, o Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo Grupo Urutau, de POA, no qual um dos mais qualificados intelectuais gaúchos, Nelson Boeira, Ex Reitor da UERGS, assim se manifesta sobre uma recente intervenção do Cientista Política Fernando Schuller na Rede Bandeirantes: O Schüler realmente defendeu o direito de se ter um partido nazista como liberdade de expressão? Certamente não ! (...). O que ele defendeu foi a prioridade constitucional do princípio de liberdade de expressão e as limitações de isso impõe às interpretações e decisões jurídicas. Também não fez um ataque generalizado ao Poder Judiciário, mas apenas a algumas decisões que ele considera equivocadas e que geram danos à liberdade de pensamento e sua manifestação. Também não defendeu a ideia de que a manifestação pública do pensamento não sofre nenhuma limitação. Isso fica claro quando ele refere-se ao livro de John Stuart Mill (Da Liberdade) e as opiniões do juiz Oliver Wendell Holmes, da Suprema Corte dos USA (final do século 19 e início do 20). O juiz Holmes é famosa por

ter precocemente chamado atenção para a importância dos efeitos práticos que podem resultar de determinadas manifestações públicas do pensamento. Como disse ele, é preciso distinguir "palavras cheias de sangue", que contém intimações/convocações a atos agressivos contra terceiros. Essas manifestações podem certamente ser proibidas ou punidas. Stuart Mill, por sua vez, chama atenção para a necessidade de compatibilizar o exercício coletivo da liberdade de pensamento. Ela não pode implicar -- na prática ! -- na manifestação da liberdade de pensamento de terceiros. ... Na verdade, a fala do Schiller foi uma manifestação política afinada com "as ideias" (?) do público presente. Isso, no entanto, não desqualifica a defesa do princípio constitucional da liberdade de pensamento. O que me parece realmente sério nessa discussão é o fato da esquerda ter entregue, sem luta, a defesa do princípio da liberdade de pensamento à direita. Isso para não falar do abandono completo de uma "política das emoções", abandono que está permitindo à direita, uma crescente identificação com uma dimensão básica da experiência humana... (...)

---

### **Editorial Cultural FM Torres RS – 29.04. 24**

Incêndio em Pousada de vulneráveis financiada pela Prefeitura de POA que matou 10 e deixou 17 feridos não tinha Alvará

Um incêndio numa Pousada na Av. Farrapos chocou Porto Alegre na madrugada de sábado passado. Na tragédia pereceram dez pessoas, a cujos funerais nenhuma pessoa compareceu, dada a situação social de isolamento ou abandono das vítimas. Já ao longo do dia e ontem o fato recebeu grande destaque na Mídia, sabendo-se que a referida pensão pertencia a uma verdadeira cadeia de Pousadas voltadas ao acolhimento de pessoas em situação vulnerável, dentre eles imigrantes, eis que aqui chegam em grande quantidade, vindo a gradualmente se integrar ao mercado de trabalho, no qual ocupam lugar destacado no Estado entre os 6.745 empregados no ano passado. Todas as Pousadas desta cadeia, que tem vultoso contrato com a Prefeitura de Porto Alegre, são instaladas em prédios antigos, com precárias condições de habitabilidade, geralmente sem Alvará de Funcionamento para o fim contratado. Esta unidade da Pensão Garoa tinha Alvará apenas para funcionamento de Escritório. O incidente, o maior incêndio com vítimas desde 1976, repercutiu junto à opinião pública da capital que exige explicações das autoridades municipais, não sendo excluída a hipótese de abertura de CPI na Câmara de Vereadores. Com efeito, Lei Federal em defesa da livre iniciativa do Governo Bolsonaro removeu obstáculos ao desenvolvimento econômico. Conhecida como Lei da Liberdade Econômica era uma das principais bandeiras levantadas pelo então ministro Paulo Guedes. O texto retirou a exigência de alvarás para atividades de baixo risco – na lista estão 298 atividades diferentes nessa classificação. Uma resolução de 2020 colocou nesse rol as pensões – como a Pousada Garoa. Antes essas empresas precisavam de autorização pública para poder operar. Em coletiva, o prefeito salientou que a pousada Garoa não precisava de alvará por conta da legislação federal. Além de não ter alvará, a pousada não tinha Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI), que é uma exigência dos Bombeiros.

“Em 2019 houve uma aprovação de projeto para utilização como escritórios, cabendo ao proprietário, à época, executar as medidas de proteção contra incêndio e solicitar a vistoria ao CBM, o que não foi feito”, disse o Corpo de Bombeiros em nota. A corporação diz ainda que “qualquer alteração de finalidade do imóvel” resulta na abertura de um novo PPCI.

## Anexo

Lei aprovada por Bolsonaro liberou exigência de alvará a pousadas; vice de Melo é autor de lei local. Conhecida como Lei da Liberdade Econômica, ela estabelece “normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica”

<https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/04/lei-aprovada-por-bolsonaro-liberou-exigencia-de-alvara-a-pousadas-vice-de-melo-e-autor-de-lei-local/>

Por Hygino Vasconcellos

Uma lei aprovada em 2019 por Jair Bolsonaro (PL) retirou a exigência de alvará para o funcionamento de pousadas. Entre as “beneficiadas” pela mudança na legislação estava a Pousada Garoa, que pegou fogo na madrugada de ontem, causando a morte de 10 pessoas em Porto Alegre. Esse tipo de alvará é diferente do PPCI, que a pousada não possuía.

Conhecido como Lei da Liberdade Econômica, o texto estabelece “normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica”. Por meio dela, uma série de leis foram alteradas.

Em Porto Alegre, a legislação federal ganhou uma versão local. Entre os três autores da lei está Ricardo Gomes (PL-RS), que hoje ocupa o cargo de vice-prefeito. Em 18 de dezembro de 2019, o político disse em um discurso em plenário que a legislação federal iria promover uma “transformação” no país, que iria “permitir a criação de emprego e renda”. A lei municipal acabou sendo regulamentada por um decreto do prefeito Sebastião Melo, assinado em abril de 2021. Além de Gomes, Felipe Camozzato (Novo) e Pablo Mendes Ribeiro (MDB) são autores da lei municipal.

Autores da lei, Felipe Camozzato, Ricardo Gomes e Mendes Ribeiro comemoram aprovação de projeto. Foto: Ederson Nunes/CMPA

“Não é o Estado, não é a mão pesada do governo que cria emprego e renda, são as pessoas, os indivíduos – todos e cada um dos indivíduos – quando atuam no fenômeno mais social que existe que é a economia livre, onde todos nós podemos atuar”, disse Ricardo Gomes.

Na época, o então vereador Felipe Camozzato (Novo) – hoje deputado estadual – disse que uma das “vantagens” da lei era “impedir que sejam exigidos documentos não previstos em lei”.

“Acreditamos que o Estado não deve representar um obstáculo para aqueles que empreendem e querem ser formalmente empreendedores. Em Porto Alegre, são 57 atividades (...) classificadas como de baixo potencial poluidor (...) que podem ser positivamente impactadas pela lei de liberdade econômica”, disse Camozzato na sessão de 2019.

De fato, a lei federal assinada por Bolsonaro removeu obstáculos. O texto retirou a exigência de alvarás para atividades de baixo risco – na lista estão 298 atividades diferentes nessa classificação. Uma resolução de 2020 colocou nesse rol as pensões – como a Pousada Garoa está registrada na Receita Federal. Antes essas empresas precisavam de autorização pública para poder operar.

Em coletiva, o prefeito salientou que a pousada Garoa não precisava de alvará por conta da legislação federal.

A Lei da Liberdade Econômica era uma das principais bandeiras levantadas pelo então ministro Paulo Guedes, que criticava a burocracia para a abertura de empresas no Brasil. “Hoje, a pessoa precisa passar por uma junta comercial, pedir alvará, passar por seis ou sete lugares para, depois de oito ou nove meses, conseguir gerar emprego e poder abrir uma empresa”, afirmou em agosto de 2019.

#### Isenção de alvará quase automática em Porto Alegre

Na Capital gaúcha, a Prefeitura disponibiliza um serviço para consulta de isenção de alvará. Por meio dele foi possível constatar que, de fato, a Pousada Garoa está enquadrada dessa maneira.

Consulta na página da Prefeitura confirma isenção de alvará. Foto: Reprodução

“Nós criamos esse sistema pensando no micro e pequeno empreendedor. A autodeclaração permite que ele tenha um documento que comprove o enquadramento do negócio na Lei de Liberdade Econômica, trazendo tranquilidade para que ele exerça sua atividade”, diz o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo e hoje deputado estadual, Rodrigo Lorenzoni (PL), em um texto presente no site.

Porém, para ser considerado de baixo risco é preciso atender algumas exigências, segundo a plataforma. É preciso que o local não possua subsolo com finalidade de uso diferente de estacionamento, ter líquido inflamável ou combustível acima de 1.000 litros ou ter gás liquefeito de petróleo (GLP) acima de 190 kg.

Também é necessário que as atividades sejam exercidas na residência do empresário, titular ou sócio (na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas), ou ser tipicamente digital (de modo que não exija

estabelecimento físico para sua operação), ou locar um espaço com no máximo 200 m<sup>2</sup> e até três pavimentos, com lotação de até 100 pessoas.

A Pousada Garoa não atende, pelo menos, aos dois últimos requisitos, por precisar de espaço físico para o funcionamento e pelo fato do prédio que pegou fogo (e outros da mesma rede) ter quatro andares. A reportagem do Sul21 entrou em contato com a assessoria da Prefeitura para entender melhor o enquadramento da empresa, no entanto, obteve resposta apenas em nota destacando que “a dispensa de alvará para alojamentos, pousadas e pensões está embasada em lei federal”.

O texto enviado à reportagem diz ainda que, desde 2020, a Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar 876/20, e a Resolução CGSIM 51/19 (após alterada pela Resolução CGSIM 57/20) adota a liberação do documento para a plena e contínua operação e funcionamento do estabelecimento considerado de baixo risco, sem responder se a pousada Garoa se enquadra nos requisitos específicos da legislação.

Ainda segundo a Prefeitura, “não há necessidade de obter licenciamento prévio na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SMDET)”.

Por fim, a assessoria afirma que, “mesmo estando liberado de alvará, o empreendedor deve ter registro na Junta Comercial e cumprir com rigor todas as obrigações legais perante os órgãos fiscalizatórios”.

O site reforça que a dispensa de alvará de localização não desobriga a empresa a atender “normas de prevenção e segurança contra incêndio” ou a “exigências previstas nas legislações aplicáveis à atividade”. A liberação também não isenta o estabelecimento de posterior fiscalização pelos órgãos de controle federal, estadual ou municipal, ressalta a plataforma.

#### Quando é feita a fiscalização

As leis federal e municipal estabelecem que a fiscalização das empresas que se declararam de baixo risco deve ocorrer “posteriormente”. Isso pode acontecer em duas situações: por meio de uma denúncia ou de ofício (por conta própria do órgão público, sem a necessidade de solicitação ou provocação).

Nas redes sociais, após o incêndio, Camozzato reforçou que a Lei de Liberdade Econômica “não exime o proprietário do empreendimento das suas obrigações quanto às normas de prevenção e proteção contra incêndio. Isso, aliás, está EXPRESSO NA LEI”, disse o deputado.

O parlamentar observou ainda que o estabelecimento deve obedecer às leis e o poder público, “nas suas diversas instâncias, deve fiscalizar o cumprimento dessas obrigações”. Camozzato disse que políticos e cidadãos deveriam cobrar investigação para apurar o que o proprietário da pousada deixou de fazer e quem não fez a fiscalização.

O deputado do Novo disse ainda que, “aparentemente”, houve fraude por parte do empresário dono da pousada. Segundo o parlamentar, duas determinações de uma lei estadual foram descumpridas. São elas: ser de baixo risco e ter menos de 200 m<sup>2</sup>.

## Pousada não tinha PPCI

Além de não ter alvará, a pousada não tinha Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI), que é uma exigência dos Bombeiros.

“Em 2019 houve uma aprovação de projeto para utilização como escritórios, cabendo ao proprietário, à época, executar as medidas de proteção contra incêndio e solicitar a vistoria ao CBM, o que não foi feito”, disse o Corpo de Bombeiros em nota.

A corporação diz ainda que “qualquer alteração de finalidade do imóvel” resulta na abertura de um novo PPCI.

---

## Editorial Cultural FM Torres RS – 24 abril 24

### O Judiciário e seus servidores na berlinda

Devemos, todos os democratas no Brasil, à firmeza do Poder Judiciário, sobretudo do Tribunal Superior Eleitoral- TSE -, a sobrevivência do regime constitucional entre nós. Apesar da negação de autores e seguidores do projeto frustrado - mas ameaçador - de golpe de Estado, com a volta da ditadura militar, que proclamaram à frente de quartéis e com faixas escandalosas na ocupação dos centros de poder em 8 de janeiro de 23, a democracia venceu.

Os três poderes unidos, a Mídia em toda a sua extensão, a opinião pública impediram o pior. A Liberdade foi garantida pela defesa da Lei. Não há, enfim,

Estado Democrático sem defesa da Lei. E neste processo todo, o Poder Judiciário, arvorando-se, muitas vezes, do caráter de excepcionalidade das circunstâncias, protagonizou decisões também excepcionais. Somos gratos. Isso, porém, não justifica defender a continuidade deste protagonismo, nem muito menos vantagens funcionais aos membros do Judiciário. Há tempo de semear e há tempo de colher. Agora, é tempo do Judiciário se recolher e dar aos Poderes Executivo e Judiciário as atribuições que lhe competem. Fazer leis, por exemplo, é uma das funções precípuas do Legislativo, ao lado das funções de representação popular e fiscalização. Tampouco se justificam o alto custo do Poder Judiciário no Brasil, o mais alto do mundo, nem os salários elevados, somados a penduricalhos, de seus membros e servidores. O Sen. Pacheco, Pres. Senado, autor do projeto dos quinquênios para Judiciário diz: -“Não tem cabimento um juiz ganhar ao final da carreira menos do que ganhava no começo”. Desculpe, Senador, o que não tem cabimento é o custo do Judiciário no Brasil, o mais alto do mundo, e os super salários de seus profissionais como herança do bacharelismo. Oxalá, haja tempo para que o Congresso vete essa vergonha.

Anexo

O Assunto- Podcast g1 #1.198: O peso do Judiciário no funcionalismo - Uma pesquisa feita pelo Tesouro Nacional identificou que o gasto da União para

custear este poder da República gira em torno de R\$ 160 bilhões por ano – 83% desse dinheiro todo apenas para a remuneração de servidores. De acordo com a mesma pesquisa, isso representa cerca de 1,6% do PIB brasileiro. Muito mais do que a média mundial: entre os países ricos, o gasto médio é de 0,3%; entre os emergentes, é de 0,5%. Não é pouco, e pode aumentar. Isso porque uma das chamadas “pautas-bomba” que podem explodir ainda este ano no colo do governo é a PEC do Quinquênio, em tramitação avançada no Senado. Caso aprovada, os salários da magistratura e do Ministério Público sobem automaticamente 5% a cada 5 anos, com impacto anual de pelo menos R\$ 42 bilhões a mais para os cofres públicos. Para explicar as disfuncionalidades e os privilégios impostos pelo Judiciário no arranjo do funcionalismo público, Natuza Nery entrevista Gabriela Lotta, professora de Administração Pública da FGV-SP.

Reproduzir vídeo

Reproduzir

00:00/01:23

Silenciar som

Minimizar vídeoTela cheia

A PEC que turbina salários de juízes

Reproduzir vídeo

Reproduzir

00:00/00:58

Silenciar som

Minimizar vídeoTela cheia

O tamanho do funcionalismo no Brasil

O que você precisa saber:

- CCJ do Senado aprova PEC criticada pelo governo que turbina salários de juízes e promotores
- Governo vai tentar barrar votação de PEC que turbina salários de juízes e promotores, diz líder
- Governo já monta estratégia para barrar pauta-bomba na Câmara, com reaproximação a Lira
- Governo quer regulamentar teto do funcionalismo e coibir 'supersalários', diz Tesouro

O podcast O Assunto é produzido por: Mônica Mariotti, Amanda Polato, Carol Lorencetti, Gabriel de Campos, Luiz Felipe Silva, Thiago Kaczuroski e Sarah Resende. Apresentação: Natuza Nery.

---

## **Editorial Cultural FM Torres RS – Brasília, 64 anos. O mito e o pito**

Reproduzo, aqui, hoje, por oportuno, um artigo que publiquei em A FOLHA, Torres RS há dois anos:

BRASILIA, Capital da Esperança – Editorial por PAULO TIMM – Bom Dia, Democracia – dia 22 de abril 2022

Paulo Timm – Especial para A FOLHA, Torres/RS 22/29 abril 22 -

A provecta Brasília completou 62 anos mas guarda, ainda, os encantos de origem. Antes de ser inaugurada como Nova Capital por JK, em 21 de abril de 1960, Brasília foi uma ideia força da ideologia do desenvolvimento, que o

moveu e sustentou como grande liderança nacional. A transferência da capital para o interior foi, talvez, a única constante progressista ao longo de décadas, como assinala o sociólogo Benício Schmidt, num de seus trabalhos sobre Política Urbana. Imaginava-se, desde sempre, que este movimento não só se constituiria em importante fator de interiorização do país, como garantia da ocupação territorial, mas também de maior segurança como sede do Poder Central, distante do litoral. No curso do tempo, porém, a interiorização se deu mais pela expansão da fronteira agrícola do que por Brasília. Num artigo pioneiro meu sobre a cidade, intitulado "Brasília: O Mito e o Pito", dentre os sete equívocos que a enalteciam, trato desta questão. Na Constituição Republicana de 1891 este anseio ficou registrado e reiterado pela Constituição de 1946, determinando a criação de várias Comissões encarregadas de delimitar o perímetro do futuro Distrito Federal. Coube ao Marechal José Pessoa, enfim, entre a morte de Vargas, em 1954, e a posse de JK, a importante tarefa não só de definir esta localização e velar pela bandeira da transferência da capital, jamais aceita pelo conservadorismo, como obter, junto ao Governo de Goiás, a desapropriação da vasta área que garantiria o início das obras. Goianos, aliás, tiveram um papel decisivo em todo este processo, não apenas por ceder o coração de seu território para o Governo Federal, como pelo clamor de vários de seus líderes em defesa da transferência da capital. Providenciaram, também, através de ações do Governo levadas a efeito pelo seu vice governador, Bernardo Sayão, os primeiros esforços que permitiram a descida do já Presidente JK ao local, como sua permanência durante todo o período da construção da cidade: o "Catetinho", residência oficial do Presidente, até hoje preservado. Brasília, enfim, tornou-se o emblema das 30 Metas de Juscelino. Era o que se dizia, na época, a Meta Síntese de seu Projeto para o Brasil, que consistia em fortalecer o mercado interno com o empoderamento da indústria, bem como pela montagem de uma vigorosa infraestrutura nacional capaz de articular os mercados regionais. Os mais jovens estranham, mas a luta política no Brasil, desde que Vargas chegou ao Poder, em 1930, travava-se, pela direita, pelos que defendiam o Brasil Primário Exportador, com base no que diziam sermos melhores – o Agro – e, pela esquerda, pelos que defendiam a industrialização. No epicentro pois, daqueles Anos Dourados, Brasília despontava como a estrela do engenho e arte verdadeiramente nacionais, capaz de iluminar um promissor futuro. Custou caro e ainda custa. A União Federal dá à cidade R\$ 16 bilhões anuais para sustentá-la.; 1 de cada 3 reais do orçamento da capital federal é do bolso de todos os brasileiros. Mas valeu a pena. A cidade, com suas múltiplas faces e escalas, ocupando a dupla função como capital federal e lugar de residência dos locais, é motivo de orgulho do país, como destacou uma de suas mais agudas estudiosas, Arquiteta Briane Panitz Bicca(1946-2018), Coordenadora do Dossiê de candidatura de Brasília à Patrimônio Mundial da UNESCO: Patrimônio Cultural da Humanidade, na exaltação de seus criadores Lucio Costa e Oscar Niemeyer, "civis", como sede da República e aprazível "urbs" onde vivem, com invejáveis indicadores urbanos, em torno de 4 milhões de pessoas, em grande parte oriundas dos grotões do sertão e que tiveram em suas vidas, com Brasília, uma verdadeira revolução. A renda per capita do Distrito Federal é 33% maior que do Estado de São Paulo e 260% superior ao último colocado no ranking, Maranhão e é, portanto, o lugar mais rico do país, o que alimenta a imensa diversificação do setor terciário da cidade com inusitadas oportunidades. Hoje, porém, a imagem de Brasília se vê desgastada pela própria função que ocupa como capital, de onde emanam notícias nem sempre alvissareiras para os brasileiros. Há, entretanto, que separar o que foi Brasília como um suspiro modernista no seu tempo, e o que hoje representa, inclusive pelos seus altos custos, sob o



controle de um governo retrógrado e desorientado, exatamente o oposto do que era ao tempo de JK. Fiquemos, pois, com seu valor simbólico, tão eterno, para nós, como as pirâmides e as catedrais medievais. Como tributo pessoal ao que Brasília me proporcionou, eis que ali fiz toda minha vida profissional, deixo dois livros e um arquivo de notas para sua História: "Brasília, o Direito à Esperança", Ed. Calíandra/1990, e "Brasílianas", Ed. Paralelo 15/1998.

#### Anexos

O artigo abaixo foi incluído em 1997, na Introdução do Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília, realizado pela Fundação Athos Bulcão, com o apoio do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura:

### UM PASSEIO POR BRASÍLIA

Briane Panitz Bicca

Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de  
Brasília – Fundação Athos Bulcão -1997

Brasília é, sem dúvida, uma cidade singular, distinta de todas as demais. E esta afirmação não é válida apenas pela sua óbvia diferença em relação às chamadas cidades tradicionais, pois ela também procede quando a comparamos, ainda hoje, com as cidades modernas ditas planejadas. Brasília foi e continua única, mesmo que na sua concepção estejam explicitamente presentes os ideais modernistas encontrados também na grande maioria das demais experiências significativas do urbanismo do século XX. Mas a estas semelhanças, importantes, e verdade, se somam diferenças não menos expressivas, resultantes da forma como Brasília foi conceituada na sua gênese, responsável, sem dúvida, pela incontestável vitória do arquiteto Lúcio Costa no concurso para a escolha do projeto urbanístico da Nova Capital do Brasil. Entre todos os projetos concorrentes, como bem destacou então o Júri, o vencedor era "o único plano para capital administrativa do Brasil". Ademais, "seus elementos podem ser prontamente apreendidos; o plano é claro, direto e fundamentalmente simples. Tem o espírito do Século XX; é novo; é livre e aberto, é disciplinado sem ser rígido". E à singularidade do Plano de Lúcio Costa somou-se a magnificência da arquitetura de Oscar Niemeyer, ambas dando a Brasília a condição de única obra moderna, considerada, até hoje, digna de merecer o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, conferido pela UNESCO.

Portanto, para aqueles que se utilizarão deste Guia de Urbanismo, Arquitetura e Arte de Brasília, sobretudo para os não-iniciados, certamente será útil, talvez mesmo indispensável conhecer alguns aspectos essenciais da maneira como esta cidade foi concebida, no fundamental expressa no famoso Relatório do Plano Piloto de janeiro de 1957, com o qual Lúcio Costa concorreu no referido concurso, "não como técnico devidamente aparelhado", dizia ele, "mas como simples maquis do urbanismo". Trata-se, como já o disseram, de um relatório cujo texto, antes de ser um documento técnico, "é um exercício de sinceridade e lirismo que, poeticamente, sintetiza a gênese da cidade, definindo suas escalas e norteando espacialmente a localização dos edifícios, áreas residenciais, espaços culturais e comunitários e as vias de circulação, dedicando ao cidadão áreas livres, amplas e ilimitadas".

Começamos, pois, por onde o próprio Lúcio Costa começou, explicitando o duplo papel a ser desempenhado por Brasília: "concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como urbis, mas como civitas, possuidora dos atributos inerentes a uma capital. E, para tanto, a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de uma certa dignidade e

nobreza de intenção, porquanto desta atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. Monumental não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa. Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis". A exemplo dos colonizadores portugueses que com o cruzeiro marcavam a nova terra conquistada, como se assim sacralizassem um espaço até então profano, a Brasília de Lúcio Costa "nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse; dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, próprio sinal da cruz". E foi a partir destes estruturadores, cujas extremidades estão voltadas para os quatro pontos cardeais, que a então nascente cidade ganhou corpo; num a urbis, noutra a civitas.

Ao longo dos eixos norte/sul, aos quais foram aplicados os princípios da técnica rodoviária, eliminando-se os cruzamentos, temos a escala residencial, sob a forma de unidades de vizinhanças, constituídas por superquadras dispostas em seqüência, em ordem dupla, "de ambos os lados da faixa rodoviária, e emolduradas por uma longa cinta densamente arborizada". E, "dentro destas superquadras, os blocos residenciais podem ser dispostos de maneira variada, obedecendo porém a dois princípios gerais, gabarito máximo uniforme, seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres".

Ao longo do eixo leste-oeste, a escala monumental, nele destacando-se, sobremaneira, a Praça dos Três Poderes – simbolicamente desenhada na forma de um triângulo equilátero, em cujos vértices situam-se os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo -, a Esplanada dos Ministérios, a Catedral e os Setores Culturais Sul e Norte. E ao amplo gramado, inspirado no Mall dos ingleses, Lúcio Costa associou a aplicação da milenar técnica oriental dos terraplenos, que a seu ver garantiria a coesão do conjunto e lhe conferiria uma ênfase monumental imprevista. Sem esquecermos a sua confessa lembrança amorosa da Paris dos séculos XVII, XVIII e XIX, "com seus eixos e belas perspectivas sabiamente centradas – tradições, digamos clássico-barrocas".

No entorno do cruzamento de ambos os eixos, a escala gregária, o centro da cidade, o seu cuore, no qual, a partir da ampla plataforma da rodoviária, deveriam se localizar os cinemas, os teatros, os centros de diversões – uma mistura em termos adequados de Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées", imaginava Lúcio Costa -, os setores hoteleiros, bancário, de escritórios e autarquias, nos quais os gabaritos dos edifícios são significativamente maiores dos que os das superquadras, enfatizando-se também por este meio a diferença entre as escalas residencial e gregária.

"A cidade foi projetada, de fato, em função das três escalas diferentes, a escala coletiva ou monumental, a escala quotidiana ou residencial e a escala concentrada ou gregária; e o jogo destas três escalas é que lhe dá o caráter próprio definitivo", diz Lúcio Costa. Três escalas às quais acrescenta-se uma quarta, a escala bucólica, resultante dos amplos "vazios", na sua grande maioria espaços verdes que, pela sua constante presença, fazem de Brasília uma verdadeira cidade-parque, como era intenção daquele que a concebeu. A presença destes amplos e numerosos espaços "não-construídos", circundando as edificações, é responsável por outras características distintivas de Brasília. Trata-se da inversão na relação entre sólidos e vazios, entre figura e fundo. Quando comparamos Brasília com as cidades tradicionais, tudo se passa com se

estivéssemos, num caso, diante de uma foto, e no outro, diante do seu negativo, invertendo-se a posição entre o claro e o escuro da foto, ou, para sermos mais precisos, entre o construído e o não-construído. Se nestas cidades, uma rua ou uma praça, por exemplo, são delimitadas pelas construções que constituem assim um continuum edificado, no interior do qual vão se configurando os espaços vazios, as fachadas dos prédios funcionando então como pano de fundo para os espaços públicos por elas definidos, no caso de Brasília ocorre exatamente o inverso: nela o continuum é o vazio, no interior do qual situam-se as edificações, afastadas umas das outras e todos os lados; nela o vazio é o pano de fundo da edificação. Se a cidade tradicional pode, de certa maneira, ser vista como a montagem de um brinquedo "lego", no qual sólidos de formas distintas são acoplados entre si, indissociavelmente unidos, no caso de Brasília esta associação se desfaz, e cada uma das peças passa a ter existência própria, sem contato direto com a outra, num conjunto que se caracteriza não pela união, mas sim pela atomização das suas partes construídas. Desta forma, por exemplo, a tradicional fachada principal, ou única, dos prédios deixa de existir, pois todos os lados da construção voltam-se igualmente para o espaço público externo, sendo, em princípio, igualmente visíveis e importantes.

Se, tradicionalmente, o parcelamento do solo urbano faz-se sob a forma de lotes dispostos um ao lado do outro, formando as ruas e quarteirões, daí a expressão loteamento, em Brasília prevalecem as chamadas projeções, afastadas umas das outras, constituindo não mais as ruas, mas, sim, as superquaras, por exemplo. Como nestas superquaras, na grande maioria dos casos, as projeções têm a mesma forma, via de regra a retangular, os edifícios também a têm, pois, como o próprio nome expressa, a chamada projeção outra coisa não é do que a projeção da forma externa da edificação sobre o solo. Portanto, a adoção da projeção em substituição ao lote, associada ao princípio da uniformidade, isto é, da única forma, que prevaleceu e prevalece nas unidades de vizinhança de Brasília, é responsável por mais uma das suas características marcantes. Quando também se associa o uso da projeção ao uso do piloti, conforme ocorre nos prédios residenciais, temos como resultado uma arquitetura que afasta o prédio do chão, como se este ficasse solto no ar, fazendo com que o espaço vazio o circunde integralmente, ao mesmo tempo que a não-ocupação do térreo permite que as visuais e a circulação de pedestres ocorra com um mínimo de barreiras físicas.

Há que mencionar, ainda, outra característica essencial de Brasília: a adoção do princípio da simetria, que regeu a composição da cidade, tendo o Eixo Monumental como mediatriz, do qual resultaram os tramos sul e norte, com o correspondente rebatimento dos setores de que a cidade se compõe, cuja referência também são os eixos e as perspectivas clássico-barrocas antes mencionadas, mas cujas raízes se poderia ir buscar ainda mais longe, nas cidades-acampamento do império romano, cujos eixos, o cardum e o decumanum, apontavam para para os pontos cardeais.

Muito mais ainda se teria a dizer, sem a pretensão de esgotar o assunto, pois um discurso sobre Brasília, mesmo o mais exaustivo, seria sempre incompleto, dada a riqueza de seu objeto. E para aqueles que se propõem a um prazeroso passeio por esta cidade, Capital e monumento, recomendamos não esquecerem o que Lúcio Costa disse, de forma singela e sintética, sobre a cidade que inventou: " A solução apresentada é de fácil apreensão, pois se caracteriza pela simplicidade e clareza do risco original, o que não exclui, conforme se viu, a variedade no tratamento das partes, cada qual concebida segundo a natureza peculiar da respectiva função, resultando daí a harmonia de exigências de aparência contraditória. É assim que, sendo monumental é também cômoda,

eficiente, acolhedora e íntima. É ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional".  
1957 (25 de março) – Publicação no Diário Oficial da União do resultado do Concurso para a construção de Brasília dando como vencedor o Projeto de número 22, de Lúcio Costa.

XX  
Eugenio Giovanardi - dSooestnprlia1 mc1f292:àh2igr0 870  
a48tcb233d053150ae2ahi •  
64 ANOS DE BRASÍLIA

Moro em Brasília, há 52 anos, numa superquadra da Asa Sul. Dia a dia se torna mais evidente que a monumental Brasília, formosa em sua originalidade, afasta e exclui, sem pena, grande parte da vida natural do mesmo ecossistema que generosamente abriga os humanos. Brasília impôs, com o beneplácito de organismos internacionais e nacionais, a supremacia da obra humana, sua corajosa, genial e disciplinada arquitetura, quase suspensa no amplo espaço do Planalto Central. Mas, a devastação do ecossistema do Planalto Central também é obra da genialidade humana. A vegetação nativa que é a essência e a beleza do Cerrado, garantidora das nascentes de água, está sendo cruel e insensatamente extinta.

Brasília, como "urbis" e "cívitas", parece não ter compreendido a natureza. Os agrupamentos Sol Nascente e Pôr do Sol são testemunhas vivas dessa incompreensão. A expansão de Brasília dominou e modificou a natureza, empobreceu o ecossistema e mutilou a biodiversidade. O humano e o não humano se desconhecem. O humano pende sozinho do galho da árvore da vida e rompe as relações sociais com os frutos não humanos, uns expulsos, outros extintos. A urbanização impiedosa desflorou a natureza em benefício do "anthropos" e rompeu a teia frágil da vida que une, no mesmo espaço geográfico, seres humanos e não humanos. Brasília, cidade-parque e, ao mesmo tempo, cidade-do-automóvel - se tornou um jardim público no qual seus administradores e seus cidadãos se dão o direito de meter a mão e plantar sua flor preferida. Confesso que, em certos dias e diante de altas e técnicas decisões jurídicas, administrativas, econômicas e ambientais vomitadas sobre Brasília, me sinto como um caçador Neandertal em plena Esplanada dos Ministérios.

---

### **Editorial Cultural FM Torres RS – 18.04. 24**

CCJ do Senado aprova PEC criticada pelo governo que turbinou salários de juizes e promotores

Texto concede 5% de aumento a cada cinco anos para Judiciário e MP até limite de 35%. Valor não estaria sujeito ao 'abate-teto'; governo aponta risco de rombo e efeito-cascata.

Por Kevin Lima, g1 — Brasília- 17/04/2024 12h22 =

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/04/17/ccj-do-senado-aprova-pec-criticada-pelo-governo-que-turbina-salarios-de-juizes-e-promotores.ghtml>

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (17) uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede um aumento salarial de 5% a cada cinco anos de serviço para membros do Judiciário e do Ministério Público.

O texto, que seguirá para análise do plenário, turbina o salário de juízes e promotores até o limite de 35% da remuneração do servidor.

Pelo texto da PEC, o valor não seria contabilizado dentro do teto do funcionalismo público (atualmente em R\$ 44 mil).

Relator da proposta, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) estendeu, em seu parecer, o benefício para ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e conselheiros dos tribunais de contas municipais e estaduais.

Gomes também propõe permitir que o penduricalho seja pago a:

- } Defensores públicos
- } Servidores da Advocacia-Geral da União (AGU)
- } Procuradores dos estados e do DF
- } E delegados da Polícia Federal

O acréscimo do salário para estas categorias valerá para os casos em que o servidor for impedido ou optar por não exercer a advocacia privada.

Em todos os casos, o texto autoriza o pagamento do penduricalho a aposentados e pensionistas.

~~~~~\*\*\*

Lira reage à pecha de vilão e questiona aliados: 'Preciso descer para organizar a base?'

Governo vê 'pauta-bomba'

Popularmente conhecida como PEC do Quinquênio, a proposta resgata um benefício extinto em 2006 e que foi retomado para o Judiciário em 2022, por decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2022, com o apoio do presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), os senadores chegaram a colocar em votação uma versão anterior da PEC que tramitava desde 2013. Aliados do então presidente eleito Lula, no entanto, conseguiram adiar a análise.

Lideranças do Planalto têm atuado contra a proposta por receio de um efeito cascata e pressão sobre o Orçamento público em todas as esferas, federal, estadual e municipal.

O presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (União-AP), usou de uma estratégia regimental para avançar com a votação do texto – a despeito de críticas de parlamentares, que tentavam retomar a discussão da PEC.

Líder do governo na Casa, o senador Jaques Wagner (PT-BA) classificou a proposta como uma “bomba [fiscal] que pode estar por vir”.

O senador disse haver um estudo que indica que o impacto dos benefícios previstos na proposta pode ser de cerca de R\$ 42 bilhões por ano.

“É um tsunami do ponto de vista das carreiras jurídicas. Isso vai ter impacto nos 26 estados e no DF. Não ficará restrito. A pressão sobre os governadores será imensa [...] Entendo o espírito do presidente Rodrigo [Pacheco], o esforço que ele está fazendo. Mas estou só alertando pro tipo de impacto fiscal que vai dar. Não existe orçamento próprio de nenhum Poder”, disse Jaques.

Defensores da PEC, entre eles o presidente Rodrigo Pacheco, avaliam que o texto é uma forma de valorizar as carreiras, enquanto não há propostas de reformulação das estruturas dos servidores.

De acordo com o texto, o benefício vai substituir outros adicionais por tempo de serviço.

A implantação do quinquênio dependerá, ainda segundo a proposta, de ato próprio do órgão responsável pelas carreiras beneficiadas. Também será preciso comprovar recursos no Orçamento para financiar o penduricalho.

Durante a discussão desta quarta, senadores pleitearam a inclusão de novas categorias dentro do escopo da proposta. Davi Alcolumbre defendeu que eventuais alterações sejam discutidas no plenário.

Segundo o presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco deverá convocar, antes de dar início à discussão da proposta, uma sessão exclusiva para debater o teor da proposta.

#### Limite aos supersalários

O presidente do Senado tem defendido que o avanço da PEC do Quinquênio no Congresso estará associado a um projeto que combate os chamados supersalários no funcionalismo público, que driblam o teto constitucional de R\$ 44 mil.

Segundo Alcolumbre, Pacheco tem conversado com representantes das categorias e até mesmo com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), para costurar um acordo em torno da PEC.

“Aí, nós vamos resolver esses problemas dos penduricalhos, que nós acompanhamos muitas das vezes pela imprensa, magistrados recebendo 200, 300, 400, 500 mil de remuneração. Por quê? Porque não tem uma regra estabelecida concreta que proteja, que acabe com o penduricalho e que dê uma situação de estabilidade na vida desse servidor público”, disse o presidente da CCJ.

~~~~~\*\*\*

CCJ do Senado aprova PEC dos quinquênios. Apesar de críticas ao risco fiscal, proposta passou por 18 votos a 7. Texto segue para análise do plenário

ROBERTO MALTCHIK RIO DE JANEIRO 17/04/2024 12:20Atualizado em  
17/04/2024 às 14:58

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, por 18 votos a 7, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede adicional por tempo de serviço de 5% a magistrados, promotores e procuradores da República da ativa, aposentados e pensionistas, além de outras carreiras, a cada 5 anos. A matéria segue para o plenário.

Em seu parecer, o relator Eduardo Gomes (SDD-TO) incluiu também advogados públicos da União, de estados e do Distrito Federal, bem como defensores públicos, delegados da Polícia Federal, ministros e conselheiros de cortes de contas, como o TCU, que também fariam jus ao benefício. O relator afirma que essas carreiras possuem "status constitucional e exercem funções essenciais à Justiça". Em todos os casos, o pagamento dos quinquênios não está sujeito ao teto do funcionalismo, hoje fixado em R\$ R\$ 44.008,52.

Quer saber os principais fatos ligados ao serviço público? Clique aqui e se inscreva gratuitamente para receber a newsletter Por Dentro da Máquina

O texto afirma também que fica assegurada a contagem de tempo de exercício anterior em atividades jurídicas, como a advocacia privada, a quem ingressar na magistratura e no Ministério Público. A contagem de tempo, em atividades não jurídicas, também foi permitida para os membros de tribunais de contas. A proposta, que divide opiniões na CCJ, tem o apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do relator Eduardo Gomes e do presidente da comissão, senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Antes da votação, o plenário se dividiu em relação a pontos da proposta. O líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que a proposta representa um "tsunami" no orçamento da União com gastos de pessoal, podendo alcançar até R\$ 40 bilhões, com salários e despesas previdenciárias. Ele contou com o apoio de senadores como Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), que reagiu à ausência de impacto orçamentário e de previsão de receitas para arcar com as despesas previstas na PEC. Alessandro Vieira (MDB-SE) também se opôs ao texto.

Já o relator Eduardo Gomes afirmou que, considerando o conjunto do orçamento, a PEC 10 não será problema nem é possível dizer que "a PEC 10 vai quebrar o país". O senador Marcos Rogério (PL-RO) alertou que, dado o grande número de concessões a diferentes carreiras no relatório, o texto deve sofrer importantes alterações durante a votação no plenário da Casa.

Inscreva-se no canal de notícias do JOTA no WhatsApp e fique por dentro das principais discussões do país!

Na semana passada, quando o tema entrou em discussão, Alcolumbre afirmou que há um debate, que envolve Câmara e Senado, para que a discussão sobre a PEC 10 considere a aprovação do PL dos supersalários, o PL 6.726/2016, que

discrimina os tipos de rendimentos extras de servidores da ativa, aposentados e pensionistas e disciplina quais deles podem ficar fora do teto.

Levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP) apontou que, em 2022, 25,5 mil servidores recebiam acima do teto em todo o país, nos diferentes Poderes.

#### Impacto no orçamento

Ainda de acordo com o CLP, a PEC dos quinquênios teria impacto anual de R\$ 1,8 bilhão nas contas públicas. A entidade aponta ainda que "apenas cerca de 32 mil trabalhadores seriam beneficiados, aumentando a desigualdade e fazendo com que muitos ganhem acima do teto do funcionalismo".

Porém, estudo produzido pela Associação dos Funcionários do Ipea estima que os custos da aprovação da PEC alcançam R\$ 10 bilhões, com a inclusão de outras carreiras, como está previsto no relatório do senador Eduardo Gomes.

Em nota conjunta, o Movimento Pessoas à Frente, o Centro de Liderança Pública (CLP), o Unidos Pelo Brasil (UPB) e o Movimento Profissão Docente criticaram o avanço da proposta na CCJ do Senado. De acordo com as entidades, a aprovação da PEC representaria a concessão de "privilégios a uma minoria". E pondera que proposta "mina a confiança da sociedade no serviço público".

"Cabe ao Congresso Nacional encarar os fatos. Privilégios de uma minoria produzem efeitos nefastos sobre as contas públicas, além de afetar negativamente a imagem dos agentes públicos em geral. Atualmente, menos de 1% dos servidores tem rendimentos superiores ao teto, sendo que metade de todos os servidores recebem salários de até 3,3 mil reais. Para 70% dos estatutários, a remuneração atinge no máximo 5 mil reais. Este cenário não só acentua as desigualdades já existentes, como também mina a confiança da sociedade no serviço público", afirmam as entidades.

ROBERTO MALTCHIK – Editor no Rio de Janeiro. Atua na produção de conteúdo sobre os Três Poderes em diversas plataformas. Foi editor e repórter em O Globo, RBS e TV Brasil. Email: roberto.maltchik@jota.info-  
[https://www.jota.info/legislativo/ccj-do-senado-aprova-pec-dos-quinquenios-17042024?utm\\_campaign=jota\\_info\\_ultimas\\_noticias\\_destaque\\_1742024&utm\\_medium=email&utm\\_source=RD+Station](https://www.jota.info/legislativo/ccj-do-senado-aprova-pec-dos-quinquenios-17042024?utm_campaign=jota_info_ultimas_noticias_destaque_1742024&utm_medium=email&utm_source=RD+Station)

~~~~~\*\*

GASTOS PÚBLICOS- LDO prevê queda do déficit da Previdência ao longo da década. Ainda assim, cenário é de elevação significativa da despesa em termos nominais.

FABIO GRANER BRASÍLIA 17/04/2024 10:59

O PLDO de 2025 mostra um cenário de queda do déficit da Previdência em relação ao PIB ao longo dessa década, mas com aumento nominal do saldo negativo entre receitas e despesas. As simulações do governo mostram que as necessidades de financiamento do INSS devem passar de 2,32% do PIB em



2024, o equivalente a R\$ 268,2 bilhões, para em 2030 ficarem em 1,95% da soma das riquezas produzidas pelo país (projetada para aquele ano), o equivalente a R\$ 327,4 bilhões.

Apesar da melhora em proporção do PIB ao longo da década, o aumento do valor nominal de gastos é um dos fatores que comprimem outras despesas dentro da regra de limitação de despesas. Olhando só o déficit, o aumento é de R\$ 59,2 bilhões até 2030, ritmo que passa a se intensificar na década seguinte, inclusive com aumento do saldo negativo em proporção do PIB.

Mas quando se analisa o lado da despesa, que é quem hoje disputa com os outros gastos por conta do limite imposto pelo arcabouço, a queda em relação ao tamanho da economia é bem menos intensa entre 2024 e 2030, apenas 0,11 ponto porcentual (de 7,92% para 7,81% do PIB). E em termos nominais a alta é de R\$ 397,9 bilhões. Esse montante é mais que duas vezes o previsto para as despesas discricionárias (aquelas que o governo usa livremente) em 2024: R\$ 170,8 bilhões, sem considerar as emendas parlamentares.

O ritmo da Previdência, que mesmo após a reforma segue crescendo (especialmente após a retomada da política de reajuste real do salário mínimo), é um dos fatores que leva o governo a prever que as despesas livres vão chegar em 2028 a R\$ 102 bilhões, já em um nível muito difícil de se operar a máquina pública.

FABIO GRANER – Analista de economia do JOTA em Brasília. Foi repórter e colunista de economia no Valor Econômico e também atuou no Estadão, DCI e Gazeta Mercantil, com mais de 20 anos de experiência, incluindo setor público.  
E-mail: fabio.graner@jota.info

---

## **Editorial Cultural FM Torres RS – 10.04. 24**

A entrada da humanidade na etapa eletrônica da Revolução Industrial, sepultando a Era Metal Mecânica, associada à conquista aero espacial, desembocou subitamente na telemática: a transmissão de dados e imagens a longa distância via satélite a custo insignificante.

(telemática é a comunicação à distância de um ou mais conjunto de serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações). A

INTERNET é o núcleo, hoje, da telemática e sua disseminação pelas Redes Sociais colocou qualquer cidadão, comum e corrente, de qualquer recanto do mundo, com sua voz ou imagem, capaz de transformar sua postagem em manchete internacional. Ou, como se diz: viralizar. Um livro – “O Meio é a Mensagem”, de M.Mac Luhan – antecipou, no final do século passado, esta verdadeira Revolução Digital, afirmando que estávamos entrando na Aldeia Global. Saltamos da conquista da fala para a escrita há cerca de 5.000 anos, desta para a imprensa no século XVI, chegamos aos ditos Meios de Comunicação de Massa no século XX, com o rádio e a TV e agora somos todos

um, graças a miraculosos celulares. Somos na verdade, um e todos ao mesmo tempo e, por isso mesmo, ansiosos por uma tribalização que nos dê maior amparo. A sociedade, porém, não estava preparada para este salto. Acreditava-se, até, que entraríamos num novo marco da democracia, com o acesso fácil e barato de qualquer um a este novo meio de mensagem: A democracia digital.

Não obstante, apesar da grande conquista tecnológica, este meio acabou se revelando contraditório, como qualquer outra conquista tecnológica. Informa como nunca antes, sem "dar a conhecer", nenhum outro meio mas, ao mesmo tempo, cria espaços movediços por onde se insinuam e se disseminam não apenas velhos preconceitos e obscuras superstições, antes filtradas pela imprensa criteriosa, submetida por sua vez, à rigorosa legislação, como até crimes, começando pelo uso indevido da inteligência artificial e outras informações de terceiros submetendo-os à humilhação e graves prejuízos morais e materiais. Gradualmente, porém, o mundo vem se prevenindo contra este uso abusivo e indiscriminado das Redes Sociais de forma a regulá-los no interesse da sociedade democrática. Na Europa já há farta regulação das Redes e nos Estados Unidos, mais arredo à regulação, esta se atrase mas já vem sendo tratada com seriedade. No Brasil, estamos engatinhando na matéria, que se acendeu nos processos eleitorais em razão da necessidade de conter fake news que, não só poderiam viciá-los pela reiteração de inverdades, como até colocar em risco a própria democracia: o combate às urnas eletrônicas. O assunto, hoje está na pauta do STF e da Câmara dos Deputados. Ontem mesmo, o Presidente da Câmara, Artur Lira se manifestou sobre o projeto em apreciação pela Casa, anunciando mudança do relator do mesmo. Ressaltou ele que o assunto não pode ser reduzido à divergências ideológicas, pela complexidade que encerra, envolvendo opiniões pessoais dos parlamentares. Ainda assim, nada garante que dito projeto, já aprovado pelo Senado, caminhe na Câmara, sobretudo, agora diante das tensões entre o bilionário Elon Musk e o Ministro Alexandre Moraes. Ainda mais, crescem as suspeitas de tais acusações do bilionário estariam articuladas a outras iniciativas de inspiração extremista de direita que poderiam levar a mais uma ameaça de golpe no Brasil. Até pode ser. Há realmente, hoje, uma espécie de Internacional de Direita, nos moldes do que outrora foi o Movimento Comunista Internacional, com métodos, aliás, até parecidos -como recentemente evidenciou um autor argentino com seu livro "A esquerda que caiu no colo da direita"-, com farta disseminação de consignas, mobilizações e proselitismo- que vê no Brasil uma possibilidade de retorno ao poder com o bolsonarismo. Dificilmente, porém, poderão conseguir isso através de um golpe, ainda que sonhem com isso, por não se conformarem com o resultado das urnas de 2022 e que insistam na "tese" de foram roubados, afirmando que vivemos numa "ditadura".

Internamente, no país, esta versão não ganham muito curso, eis que 63% dos brasileiros afirmem ser favoráveis à punição aos golpistas de 8 de janeiro. Mas sempre encontram eco num reduto pequeno mas obstinado em torno de 25% da opinião pública que os realimenta. No exterior, porém, essa denúncia repercute e, se o Governo através do Itamaraty, nada fizer a respeito, como não tem feito, pode crescer e nos criar constrangimentos. Não é diferente a oposição nos Estados Unidos, comandada por Trump, associado à Internacional da Direita, sendo que lá, a aceitação da tese da "fraude" democrata que elegeu Biden, é mais vigorosa do que aqui. Enfim, Marco Civil da Internet, regulação das Redes Sociais e discussão política são, nunca foi tão importante para nós do que agora, se é que queremos mesmo defender a aprofundar nossa democracia, essa sim, pautada pela dialética entre as liberdades e a Lei. Ou, como rezava Joyce em Ulysses: "Fechemos os olhos para ver". Para ver melhor...

#### Anexo:

Ofensiva de Musk contra o STF foi resultado de "articulação internacional coordenada", diz estudo. O estudo revela que mensagens em apoio a Elon Musk e em "defesa da liberdade de expressão" tiveram ampla circulação internacional

09 de abril de 2024 - Ofensiva de Musk contra o STF foi resultado de "articulação internacional coordenada", diz estudo | Brasil 247

247 - Um novo levantamento divulgado nesta terça-feira (9) pelo Instituto Democracia em Xequê revela que a ofensiva digital de Elon Musk, proprietário da rede social X (anteriormente conhecida como Twitter), contra o Judiciário brasileiro foi resultado de uma "articulação internacional coordenada". As informações são do jornal O Globo.

O estudo revela que mensagens em apoio a Elon Musk e em "defesa da liberdade de expressão" tiveram ampla circulação internacional, compartilhadas por líderes de extrema direita de diversos continentes. Essa análise foi conduzida em plataformas de mídia social e veículos de imprensa, abrangendo o período de 5 a 8 de abril deste ano.

André Ventura, presidente do partido português CHEGA, criticou o que chamou de regressão do Brasil em liberdade de expressão, relacionando Alexandre de Moraes com Lula. O general americano Mike Flynn ofereceu apoio ao X a Elon Musk, enquanto Santiago Abascal, líder do Vox espanhol, criticou uma suposta suspensão de liberdades.

O estudo destaca ainda a coordenação de perfis brasileiros de direita em apoio à causa, sendo a publicação do deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) a mais engajada no Twitter.

Musk, que tem entre seus aliados Jair Bolsonaro, vem divulgando em sua conta na plataforma social X, de sua propriedade, uma série de ataques ao ministro Alexandre de Moraes, acusando-o de aplicar um "regime de censura". Na realidade, Musk está se insurgindo contra as investigações sobre a tentativa de golpe de Estado, que estão cada vez mais próximas de chegar a Jair Bolsonaro.

~~~~~\*\*

#### REDES SOCIAIS & MUSK 2024

Por que muitos bilionários vão apoiar Donald Trump?

[https://www.bing.com/search?q=Por+que+muitos+bilionários+vão+apoiar+Donald+Trump%3F+paulo+krugman&cvd=73cdf13bd7724a92a7c5f5d9f4592554&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDY2OTIqMGo0qAIAAsAIA&FORM=ANAB01&ucpdpc=UCPD&PC=U531](https://www.bing.com/search?q=Por+que+muitos+bilionários+vão+apoiar+Donald+Trump%3F+paulo+krugman&cvd=73cdf13bd7724a92a7c5f5d9f4592554&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCDY2OTIqMGo0qAIAAsAIA&FORM=ANAB01&ucpdpc=UCPD&PC=U531)

Por Paul Krugman (The New York Times) - Vencedor do Prêmio Nobel de Economia, é colunista do New York Times.

HÁ MUITO MAIS RISCOS NO QUE ELON MUSK NÃO DISSE DO QUE NO QUE ELE DISSE! Tony Garcia – correspondência pessoal

Para entender o jogo de Elon Musk por Luís Nassif

<https://jornalgggn.com.br/politica/para-entender-o-jogo-de-elon-musk-por-luis-nassif/>

Delirante, Elon Musk pede impeachment de Moraes | Leandro Fortes Facebook- <https://www.facebook.com> > vídeos > delirante-elon-mus...

6.O ATAQUE DE ELON MUSK – Luiz Felipe Miguel Universidade de Brasília - REDES

"Elon Musk decidiu partir para o ataque. Está ameaçando descumprir decisões da justiça brasileira relativas ao Twitter (que só ele chama de "X").

7. É a soberania, caríssimo! Por Márcio Pochman – Redes

8. A POSTURA DE ELON MUSK em relação ao Brasil, especialmente em confronto com o judiciário brasileiro, não é usual. Com desafios regulatórios em diversos países, o bilionário geralmente coloca em segundo plano seu ativismo de extrema direita para facilitar a entrada das empresas de seu conglomerado

em outras nações. - Elon Musk: lítio e eleições nos EUA por trás dos ataques ao Brasil (intercept.com.br)

9. Elon Musk: visionário ou vilão? Alexandre Cruz, jorn. POA  
Artigo por RED - 09/04/2024 05:30 • Atualizado em 08/04/2024 19:05

Elon Musk: visionário ou vilão? | Rede Estação Democracia - RED

10 . PCO e Musk, quem diria, juntos. Valter Pomar  
PCO e Musk, quem diria. Por Valter Pomar (diariodocentrodomundo.com.br)

---

## Editorial Cultural FM Torres RS – 05.04. 24

CAFÉ DA MANHÃ

<https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2024/04/podcast-discute-se-divorcio-entre-evangelicos-ea-esquerda-e-contornavel.shtml>

Podcast discute se divórcio entre evangélicos e a esquerda é contornável, Governo Lula aposta em novo slogan para se aproximar de segmento afastado do presidente.

~~~~~\*\*\*\*

A revelação das pesquisas de opinião de vários Institutos, no mês passado, que a aprovação ao Governo Lula III vem caindo, acabou repercutindo no Palácio do Planalto. O Presidente não só chamou imediatamente os Ministros a uma atuação mais ativa na defesa do Governo, como vem conversando com mais intensidade com os marqueteiros do Governo. Estes recomendam maior atenção aos evangélicos que somam parcela considerável dos eleitores – perto de 70 milhões -, cuja média de reprovação – ruim e péssima – do Governo, de 44%, é superior à média nacional, de 33%. Ressalte-se que a aprovação a Lula ainda é alta, mas está longe daquela que o consagrou ao final do Lula II quanto tinha 80% da opinião nacional como positiva. Não se trata, aqui, de fazer concessões governamentais às Igrejas Evangélicas, como a elas estender isenções fiscais. Nem de dialogar com os hierarcas evangélicos. Trata-se de compreender com mais profundidade o universo evangélico, majoritariamente feminino, de baixa renda e escolaridade, marcado por uma visão dogmática, mágica e espiritual do mundo, o que exige mudança do discurso. De resto, trata-se também, de aceitar que as Igrejas Evangélicas espalhadas nas periferias, em contato direto com as populações mais carentes do país, oferecem um ambiente de socialização inexistente tanto na Igreja Católica, sobretudo depois da desmobilização de suas Comunidades Eclesiais de Base pós Papa Ratzinger, o prelado da Doutrina da Fé, como pelo Governo, em seus vários níveis, sempre impessoal e “racionalizada”, com horários, especializações e hierarquias convenientes. Peter Drucker, o Pai da Administração moderna, dedicou os últimos anos de sua vida à análise do papel destas religiões e outras instituições junto às comunidades americanas e já no século passado chamava a atenção para este papel das Igrejas Evangélicas. Aqui no Brasil, começam a aparecer, também, livros e relatórios de Pesquisa sobre estas Igrejas, tais como o recente “Púlpito: Fé, Poder e o Brasil dos Evangélicos” , de Ana Regina Balloussier, As Igrejas Evangélicas não são, enfim, apenas templos de oração. São espaços de convivência onde se celebram, além dos cultos, eventos sociais

como casamentos, aniversários dos fiéis e, inclusive, velórios. Ora, em áreas periféricas de nossas cidades, onde os mais pobres são remetidos para áreas vulneráveis, com pouca urbanização e nenhum espaço de recreação e lazer, as Igrejas representam um ponto seguro de encontro de moradores. Daí porque se calcula que dentro de dez anos o número de evangélicos ultrapasse, no Brasil, o número de católicos, ainda a confissão com maior peso na população brasileira. Constituem, portanto, um fenômeno mais social do que propriamente religioso. Diante disso, Lula acordou e já em seus pronunciamentos desta semana surpreendeu pelo uso de palavras como fé, milagre, Deus e outros recursos de linguagem até aqui evitados. Lula sempre condenou o uso da religião como instrumento de proselitismo político, à luz de tradição da esquerda mais inclinada à argumentação racional e de crédito ao Estado, ao Partido, aos Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 9 protagonistas seculares, pelas conquistas sociais e de progresso individual. Mas decidiu mudar de tom e ir ao encontro do encantamento espiritual da vida cotidiana. Está apontando para uma nova maneira de se tratar a Política, menos racionalizada e mais mística. Complementou o slogan UNIÃO E RECONSTRUÇÃO com um subtítulo FÉ NO BRASIL. Vamos ver se dá certo. Ele, enfim, não está abrindo novos caminhos. É o mesmo caminho, a mesma Política, os mesmos programas e políticas públicas, mas começou a calçar um novo andar. Como já proclamava o grande poeta espanhol:

“Caminhante, não há caminho, se faz o caminho ao andar...”

~~~~~\*\*\*\* Anexos Ratzinger, o papa que entregou o 3º mundo aos neopentecostais, por Luís Nassif Houve tempos em que a Igreja católica tinha a bandeira da aproximação com o povo, levantada por João 23. Luis Nassifjornalggn@gmail.com - Publicado em 1 de janeiro de 2023, 13:23 Nos elogios ao papa Ratzinger, falecido ontem, o mais recorrente foi sua coragem de ter renunciado ao papado. É uma interpretação nova ao termo coragem. Ele renunciou devido ao fracasso da Igreja católica, iniciada por seu antecessor, João Paulo 2o. É impossível a qualquer movimento religioso prosperar sem a bandeira da esperança. Os neopentecostais têm a bandeira do conforto religioso e da teologia da prosperidade. Houve tempos em que a Igreja católica tinha a bandeira da aproximação com o povo, levantada por João 23. Conheci de perto – e de militância – as duas igrejas, a de antes e a durante o papado de João 23. A de antes era a Igreja imperial, dos grandes jogos políticos, disputando com a maçonaria o poder federal e nas menores localidades. Os jovens eram convocados para serem Cruzados Marianos, uma concepção semimilitar. Em Poços de Caldas era representada pelo Monsenhor Trajano Barroco, que usava o instituto da excomunhão como arma política. E obrigou meu pai a sair da maçonaria para poder casar na Igreja com minha mãe. Era a Igreja também dos Irmãos Maristas e seus colégios com internatos. Já havia pedofilia, mas o temor reverencial despertado pela Igreja blindava todos os abusos. O mais abusador saiu consagrado de Poços, inclusive com militância política em favor do PSD, e morreu consagrado no Colégio Marista de Brasília, com todos seus crimes não saindo dos limites dos cochichos entre alunos. Foi esse bolor pestilento que João 23 começou a espanar com suas encíclicas, espalhadas em Poços de Caldas pelas freirinhas maravilhosas do Colégio São Domingos. De repente, a parte mais idealista dos jovens encontrava uma bandeira pela frente. No GGN, nosso grupo de ação católica, íamos conhecer de perto a realidade do Serrote, a favela mais pobre de Poços. Levávamos alimentos, ajudávamos nos mutirões para a construção de casas, e levávamos a mensagem de João 23 aos desassistidos. Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 10 Nas missas, os rituais em latim foram substituídos pelo português. Os celebrantes deixaram de celebrar de

costas para os públicos. E renovaram-se as músicas. Cantei, cantei e cantei, em missas, casamentos, em Poços, em Santos, cantigas como "Andança", "Morrer de Amor", "Canção do Medo". De repente, tudo afundou. O Relatório Rockefeller, de 1969, apontando a Teologia da Libertação como ameaça aos Estados Unidos, o pacto infame entre João Paulo 2o e o governo Reagan, tudo isso pode ser lido no "Xadrez das insurreições bolsonaristas". A Igreja, perto do povo, acabava com o temor reverencial e inibia a atuação dos padres pedófilos e das negociatas. Aliás, quem critica o negociatismo dos pastores de hoje deveria ir atrás das histórias dos padres do começo do século 20, e os abusos de poder sobre fazendeiros e sitiantes crédulos. Ratzinger foi uma continuação de João Paulo 2o. Morre como coautor da maior derrota da Igreja católica, em um momento em que mudanças da mídia e dos hábitos preconizavam um mundo novo.

<https://jornalggn.com.br/religiao/ratzinger-o-papa-que-entregou-o-3o-mundo-aos-neopentecostaispor-luis-nassif/?fbclid=IwAR3L-yF0VxYtFhW-IFN9LobqawEiVrhByyrRnETXEghOKz9QdWQZR169dg>

---

### **Editorial Cultural FM Torres RS – 04.04. 24**

ALUNO QUE PROCESSOU PROFESSOR POR TER TOMADO CELULAR EM SALA DE AULA PERDE CAUSA NA JUSTICA!!!

O uso e abuso dos meios eletrônicos pela juventude já vem sendo considerado um grave problema de saúde e está levando vários países, como Suécia, a medidas de limitação no uso de celulares em sala de aula. Na Flórida, EU, o Governo Estadual proibiu o uso dos mesmos antes do 16 anos, medida talvez radical mas expressiva de um problema que cresce no mundo: a desconcentração dos jovens. No Brasil, ainda resistimos à medidas mais rigorosas de limitação do uso de celulares, sobretudo em sala de aula, mas já há iniciativas de deixá-los depositados na entrada dos colégios. Uma ação de um professor que tomou o celular de um aluno em aula no interior do Sergipe acabou se transformando em ação judicial da mãe do aluna contra ele. Vejamos o resultado desta ação:

O juiz Eliezer Siqueira de Sousa Junior, da 1ª Vara Cível e Criminal de Tobias Barreto, no interior do Sergipe, julgou improcedente um pedido de indenização que um aluno pleiteava contra o professor que tomou seu celular em sala de aula.

De acordo com os autos, o educador tomou o celular do aluno, pois este estava ouvindo música com os fones de ouvido durante a aula.

O estudante foi representado por sua mãe, que pleiteou reparação por danos morais diante do "sentimento de impotência, revolta, além de um enorme desgaste físico e emocional".

Na negativa, o juiz afirmou que "o professor é o indivíduo vocacionado a tirar outro indivíduo das trevas da ignorância, da escuridão, para as luzes do conhecimento, dignificando-o como pessoa que pensa e existe". O magistrado se solidarizou com o professor e disse que "ensinar era um sacerdócio e uma recompensa. Hoje, parece um carma". Eliezer Siqueira ainda considerou que o

aluno descumpriu uma norma do Conselho Municipal de Educação, que impede a utilização de celular durante o horário de aula, além de desobedecer, reiteradamente, o comando do professor.

Ainda considerou que não houve abalo moral, já que o estudante não utiliza o celular para trabalhar, estudar ou qualquer outra atividade edificante.

E declarou:

"Julgar procedente esta demanda, é desferir uma bofetada na reserva moral e educacional deste país, privilegiando a alienação e a contra educação, as novelas, os realitys shows, a ostentação, o 'bullying intelectual', o ócio improdutivo, enfim, toda a massa intelectivamente improdutiva que vem assolando os lares do país, fazendo às vezes de educadores, ensinando falsos valores e implodindo a educação brasileira".

Por fim, o juiz ainda faz uma homenagem ao professor.

"No país que virou as costas para a Educação e que faz apologia ao hedonismo inconsequente, através de tantos expedientes alienantes, reverencio o verdadeiro HERÓI NACIONAL, que enfrenta todas as intempéries para exercer seu 'múnus' com altivez de caráter e senso sacerdotal: o Professor."

ISTO DEVERIA SER LIDO EM TODAS AS SALAS DE AULA DO BRASIL!!!! ALIÁS, POR TODOS OS BRASILEIROS!!!

~~~~~\*\*

Anexo

Os países europeus que estão banindo celulares em sala de aula  
Poucos dias depois de a Finlândia anunciar um projeto para banir celulares de sala de aula, a Holanda anunciou medida parecida  
autor, Kathryn Armstrong Role, BBC News 5 julho 2023

Celulares, tablets e relógios inteligentes serão banidos das salas de aula da Holanda, segundo anunciou o governo do país na terça-feira (04/07). A medida, que tem o objetivo de afastar as distrações trazidas por esses aparelhos, deve entrar em vigor a partir de 2024.

Por enquanto, a proibição não tem efeitos legais coercitivos — ou seja, não traz punições diante da lei se não for cumprida. Entretanto, isso pode mudar no futuro.

A regra deverá ter algumas exceções, como para alunos com necessidades médicas ou deficiências que precisem desses aparelhos, ou em aulas focadas em habilidades digitais.

"Embora os celulares estejam praticamente interligados com nossas vidas, eles não encaixam na sala de aula", afirmou o ministro da Educação da Holanda, Robbert Dijkgraaf.

"Os alunos devem ser capazes de se concentrar ali e ter todas as oportunidades para aprender bem. Sabemos por pesquisas científicas que os celulares atrapalham isso."

Matérias recomendadas

Por que cientistas defendem livros didáticos em papel

7 dicas para uma relação mais saudável com seu celular

O suicídio de professora vítima de 'bullying de pais' na Coreia do Sul

Vários estudos já demonstraram que limitar o tempo de tela das crianças traz melhoras na cognição e na concentração.

O governo holandês disse que caberá às escolas alinhar regras detalhadas com professores, pais e alunos.

A decisão será revisada no final do ano letivo de 2024-2025, quando o funcionamento da medida será avaliado, assim como a necessidade de trazer efeitos legais para a proibição ou não.

O anúncio da Holanda vem depois de uma decisão semelhante anunciada pela Finlândia na semana passada.

O novo governo finlandês, formado por uma coalizão conservadora, pretende alterar a legislação para facilitar restrições a celulares nas escolas — mas isso ainda precisa ser aprovado pelo parlamento.

Em 2018, a França aprovou uma lei banindo o uso de celulares por estudantes com menos de 15 anos nas dependências das escolas, inclusive durante os recreios. Entretanto, a aplicação da lei tem enfrentado desafios, como a resistência dos alunos em entregar seus celulares.

---

## **Editorial Cultural FM Torres RS – 03.04. 24**

### Razão e Liberdade no mundo moderno

Os tempos atuais são marcados pela abundância de informações e pela crescente dificuldade que todos temos para tecer sobre elas um fio condutor do conhecimento. Primeiro foi o abençoado jornal diário, depois a multiplicação dos meios de comunicação social com o rádio e a televisão, hoje pontificam as Redes Sociais alimentadas por uma espécie de “tecno-feudalismo”, como as denomina o ex Ministro da Economia da Grécia em artigo recente, Varoufakis. Estas prometiam uma revolução nas instituições republicanas, dominadas por partidos políticos, através da qual cada um poderia clamar por suas expectativas sem sair de casa, numa espécie de “democracia digital”. Nada disso aconteceu. Pelo contrário, as Redes são presas de algoritmos que as dirigem sob a égide de competentes matemáticos, a serviço de inomináveis interesses particulares, que se substituem aos filósofos políticos e ativistas que lhes correspondem na conformação da opinião pública. Fica o registro para os interessados: Leiam “Os Engenheiros do Caos”, de autoria de dois jornalistas italianos. Isso posto, é sempre bom voltar às origens de questões centrais da construção da modernidade. Terá ela algum eixo sobre o qual se move o processo civilizatório? Aqui é bom lembrar o que nos caracteriza como espécie – homo sapiens. “Penso, logo existo”, proclamou Descartes. Com efeito, estamos no vértice da cadeia animal não porque sejamos o mais forte exemplar da natureza, mas o mais sutil. Inteligente. O uso da razão, portanto, é um elemento fundamental da nossa existência, garantidor da nossa reprodução e sobrevivência no planeta. Mas a razão, “espírito denso”, se articula com matéria sutil da liberdade, que a condiciona. Uma é, queiramos ou não, é cautelosa e conservadora; a outra, impetuosa e revolucionária. Um rabino, Nilton Bonder, tem uma obra dedicada ao tema que virou, até, peça teatral de grande sucesso em São Paulo: “O corpo é conservador, a alma é imoral”. Razão e liberdade, portanto, sempre nos acompanharam ao longo da evolução mas vão, paulatinamente, redefinindo sua coreografia. “O iluminismo forneceu os dois conceitos fundamentais que justificaram o papel universal da burguesia europeia: razão e liberdade”. Conceitos gêmeos. Até então, a revelação e a tradição é que forneciam normas válidas para a organização da vida social. O pensamento só poderia ocupar um



lugar central se também dele fosse possível deduzir princípios e normas universais que ultrapassassem os limites da mera opinião. Enorme desafio. Os iluministas afirmaram que era possível superá-lo: o pensamento podia produzir esses conceitos universais, e à sua totalidade eles denominaram razão. A razão pressupunha a liberdade, pois o sujeito só pode atingir a verdade se o seu esforço de conhecimento não reconhecer nenhuma autoridade externa que lhe imponha limites. E a liberdade pressupunha a razão, pois ser livre é poder agir de acordo com o conhecimento da verdade. Ao contrário dos defensores das tradições, necessariamente vinculadas a sociedades específicas, as vanguardas da modernidade europeia logo proclamaram a validade universal das suas proposições. "As mitologias, as religiões, a arte, a tradição, o direito, o Estado, a política e a economia, tudo foi julgado à luz do ideal homogeneizador do progresso." – Cesar Benjamin.

Recolhemos, no Ocidente, este par inspirador, da Grécia Antiga e o a no Iluminismo que atravessa os séculos XVII e XVIII, quando reduzimos este debate em torno da dialética entre ESTADO E MERCADO. T. Hobbes inspira-se na razão para mostrar o Estado como um monstro – Leviatã – indispensável à paz armada de homens em guerra com os próprios homens. Locke, discorda, seguido de perto por J.J. Rousseau, embora com argumentos diferentes, enaltecendo a liberdade, que os economistas dali em diante denominarão Mercado. Não obstante, tanto Estado como Mercado, são instituições fundamentais e complementares da modernidade que não podem ser subsumidas uma na outra. Elas constituem uma espécie de par perfeito da modernidade, cuja articulação, entretanto, depende da nossa capacidade política para assim compreendê-las. Durante algum tempo, pensou-se que a razão estatal, como expressão também da herança hegeliana que a situava como criação ética suprema da humanidade, deveria ser absolutizada como critério da vida pública, ao que os libertários responderam com a absolutização do Mercado, em nome da liberdade. Na abertura do século XXI, porém, sob o ocaso da URSS e percalços da globalização, RAZÃO E LIBERDADE se redefinem em novas experiências, como a da China, reabrindo o debate sobre o papel do Estado e do Mercado. Nem tão a terra, nem tanto ao céu. O mar... Uma nova maneira de se compreender o papel inevitável do Estado como regulador do curso civilizatório e o Mercado como sinalizador da melhor alocação de recursos sob a égide da livre iniciativa.

Anexo:

Luiz Gonzaga Belluzzo\* - Milícias ocupam o Estado

Práticas nada republicanas de suspeitos da morte de Marielle revelam corrosão dos princípios que deveriam comandar as ações dos agentes que ocupam o Estado. Valor Econômico- <https://gilvanmelo.blogspot.com/.../luiz-gonzaga-belluzzo...>

As práticas nada republicanas dos irmãos Brazão e do delegado Rivaldo Barbosa foram alcançadas pelas investigações acuradas da Polícia Federal. As informações obtidas revelam a corrosão dos princípios e instituições que deveriam comandar as ações dos agentes que ocupam o Estado.

A República e a democracia dobram os joelhos, submetidas aos conflitos e contubérnios entre milicianos, traficantes e ocupantes do Estado que o corroem por dentro como parasitas. Esse achincalhe aos princípios que deveriam governar as ações do Estado de Direito moderno abriga em seus subterrâneos as forças da cobiça, ou como diriam Freud e Keynes, os impulsos do "amor ao dinheiro". (Keynes prezava como poucos a liberdade política garantida pelo Estado Moderno e almejava o aperfeiçoamento do indivíduo. Era, no entanto, crítico feroz e implacável do individualismo utilitarista e do "amor ao dinheiro"). Observador das turbulências que assolaram a sociedade inglesa no século XVII,

o pensador liberal Thomas Hobbes imaginou que o terror disseminado pelos bandos privados na busca de cobiçadas riquezas só poderia ser contido pela concentração do poder e da força no Leviatã.

Hobbes surpreende a sociedade dos indivíduos no momento em que o Estado submergiu na voragem da guerra religiosa, soçobrou na crise da sociedade governada pelo desejo e pelo medo. Para Hobbes, é permanente a possibilidade de o Estado, o Deus Mortal, ser destruído em uma crise desencadeada pela invasão de ambições "particularistas".

O Leviatã é uma criatura engendrada pelos indivíduos livres, atormentados, porém, pela cobiça e pelo medo, sempre prestes a lançar a sociedade nos torvelinhos da morte e da destruição. É o medo que os obriga a abrir mão de suas liberdades sem peias para concentrar o poder na soberania do Estado. Hobbes considerava a polícia o órgão vital do Estado moderno, a encarnação de sua essência. Mas a segurança do cidadão estaria garantida apenas mediante a imposição de controles e limites à função de polícia, determinados pela lei. A função policial deve ser exercida com vigor para conter impulsos destrutivos dos indivíduos, mas submetida às restrições necessárias para impedir que a soberania do Estado se transforme em arbítrio, ou seja, no exercício de um poder privado pela burocracia estatal encarregada de vigiar e punir.

Nas repúblicas modernas, se é que temos aqui algo parecido com isso, figuram entre as cláusulas pétreas aquelas relativas à representação legitimada pelo voto, à impessoalidade na administração pública, à constituição de um sistema de poderes e garantias fundados na lei.

O sistema de poderes e garantias ancorado na lei é o núcleo central do Estado contemporâneo. É isso que os obriga a punir, no exercício do monopólio da violência, as tentativas de opressão arbitrária de um indivíduo sobre o outro. Não há como pensar a sobrevivência da sociedade dos indivíduos-cidadãos sem imaginar a presença do poder repressivo do Estado. O descumprimento do dever de punir pelo ente público termina por solapar a solidariedade que cimenta a vida civilizada, lançando a sociedade no desamparo e na violência sem quartel.

Os códigos da cidadania moderna foram concebidos como uma reação da maioria mais fraca contra o individualismo anarquista e reacionário dos que se consideravam com mais direitos e poderes. Esses, no Brasil, invariavelmente imaginam uma sociedade sem a presença de um Estado democrático e forte, capaz de intimidar aqueles que pretendam se impor por meio da intimidação.

Descumprimento do dever de punir pelo ente público lança a sociedade no desamparo e na violência sem quartel

O contrato social que dá origem ao Leviatã está contaminado pelos anseios do desejo e pelos temores da violência. O medo é o medo do outro. Hobbes nega o estado de natureza idílico como o concebeu Locke, o bom selvagem, tal como também o idealizou Rousseau. Os homens só convivem pacificamente na sociedade em que o Estado está consolidado, quando os egoísmos da sociedade civil já estão pacificados pelas leis soberanas.

"Uma vez que a Condição Humana é a da Guerra de uns contra os outros, cada qual governado por sua própria Razão, e não havendo algo que o homem possa lançar mão para ajudá-lo a preservar a própria vida contra os inimigos, todos têm direito a tudo, inclusive ao corpo alheio. Assim, perdurando esse Direito de cada um sobre todas as coisas, não poderá haver segurança para ninguém (por mais forte e sábio que seja), de viver durante todo o tempo que a Natureza permitiu que vivesse.

Hobbes recusa a perenidade do contrato social e admite que o poder soberano, uma vez estabelecido, estará sempre ameaçado pelos conflitos da sociedade civil. Uma visão pessimista, nascida dos conflitos que acompanharam a

sociedade moderna em formação.

No livro "Capitalismo, Socialismo e Democracia", o economista Joseph Schumpeter manifesta dúvidas a respeito do sucesso das sociedades capitalistas na gestão da coisa pública. "Acima de tudo os eleitorados e os parlamentares devem ter um nível intelectual e moral muito elevado para poderem resistir aos oferecimentos dos trapaceiros e farsantes ou de outros homens que, não sendo uma coisa nem outra, vão se conduzir da mesma maneira".

Nos discursos e manifestações dos irmãos Brazão sobressaem adesões a um moralismo tosco e hipócrita. Nada é mais imoral nas sociedades modernas do que o moralismo dos beldroegas. O filósofo Domenico Losurdo considera inaceitável esse comportamento: "Os protestos moralistas não são apenas errôneos, mas revelam apego malsão à própria particularidade que é desfrutada narcisisticamente sob o disfarce da moralidade". Invocar a própria virtude, a honestidade ou os bons propósitos para contestar a impessoalidade e o "formalismo" da lei é a maior corrupção praticada contra a vida democrática.

Montesquieu dizia que há insanidade na substituição da força da lei pela presunção de virtude auto alegada.

\*Luiz Gonzaga Belluzzo é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e professor emérito da Universidade Federal de Goiás.

~~~~~\*\*

ESCOLHAS DIVINAS por JOSÉ LUÍS FIORI 2015

- <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/escolhas-divinas-jose-luis-fiori/>

"Agradecemos a Deus pela bomba atômica ter vindo para nós, e não para os nossos inimigos; e oramos para que Ele possa nos guiar para usá-la em Seus caminhos, e para Seus propósitos".

Presidente Harry, S. Truman, cit. in P. Anderson, "A política externa norte-americana e seus teóricos", Ed. Boitempo, SP, 2015 p:42

Do ponto de vista estritamente lógico, é impossível de imaginar um Deus que seja único e absoluto, e que ao mesmo tempo faça escolhas de qualquer tipo que seja. Mas esta ideia da monopolização unilateral da "vontade divina", por alguns povos, parece ser muito antiga e persistente, sobretudo entre os que professam religiões monoteístas. O exemplo mais conhecido talvez seja o do povo hebreu, como aparece descrito num dos cinco livros de Moisés, o Êxodo: "Então Javé chamou a Moisés e lhe disse: agora, se ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa" (Êxodo, 19). Mas esta mesma convicção pode ser encontrada no Zoroastrismo, e na relação preferencial de Ahura Mazda com o povo persa e com o Império Aquemênida, da Ciro, Dario e seus descendentes; na relação de Ala, com os sucessivos impérios islâmicos, desde o século VII d.C.; ou na relação do Deus cristão, com os povos europeus e seu projeto de expansão e conversão do mundo, a partir do século XVI. E esta mesma ideia está por trás da certeza norte-americana a respeito do seu "destino manifesto" a liderar a humanidade. Uma visão construída pelos seus "founding fathers", e que permanece viva até hoje, como se pode ler na epígrafe do presidente Truman; ou na ideia do presidente Kennedy, de que "os EUA deviam seguir em frente para liderar a terra ... sabedores de que aqui na Terra a obra de Deus deve, em verdade, ser obra nossa" (op cit p 43); ou ainda, na certeza do presidente Bush, de que "a nação americana foi escolhida

por Deus e comissionada pela história para ser um modelo para o mundo”  
(idem, p:43).

Esta monopolização da “verdade divina” pode ser absurda do ponto de vista lógico, mas de fato se transformou numa “ideia-força” que cumpriu um papel decisivo através de toda a história humana, tanto dos “povos escolhidos”, como dos “povos não escolhidos” por Deus. Sem esta imagem de si mesmo, talvez o povo hebreu não tivesse conseguido resistir ao assédio dos assírios, dos romanos e de tantos outros povos mais poderosos, superando seu sentimento milenar de inferioridade e de cerco; os persas não tivessem conquistado seu gigantesco império de oito milhões de quilômetros quadrados, na África, Europa e Ásia, o Islã não tivesse se expandido de forma tão contínua e vitoriosa, a partir do século VII; e os europeus não tivessem conseguido impor sua dominação colonial ao redor do mundo, a partir do século XVI. Sempre movidos pela mesma certeza ética que levou George Kennan a afirmar, olhando para a destruição alemã, depois da II Guerra Mundial, “que ele se tranquilizava com o fato de que os EUA tivessem sido os escolhidos pelo Todo-Poderoso para ser os agentes daquela destruição”. (op cit, p:42)

Nesta história, entretanto, é fundamental distinguir o papel decisivo das religiões na construção das civilizações humanas, da sua monopolização e instrumentalização pelos poderes territoriais e pelos grupos humanos que se autoproclamam superiores e com o direito exclusivo a impor os seus valores aos demais que forem sendo submetidos, convertidos, ou exterminados pelo avanço e pela “tranquilidade ética” dos “povos escolhidos”. Esta visão unilateral e monopolista da “escolha divina” sempre está - e segue estando - por trás de todos os fundamentalismos religiosos, em qualquer tempo e lugar, e que sempre levou à demonização, à desqualificação, à humilhação e à exclusão dos que pensam diferente. Uma radicalização que parece se repetir através da história, em todos os grandes momentos de ruptura e “perda de horizonte” por parte da humanidade, como está acontecendo de novo, neste início do século XXI.

Depois do fim da Guerra Fria, e em particular nesta segunda década do século XXI, os EUA estão vivendo um momento sem precedente de fragmentação do seu establishment, do seu sistema político e da sua sociedade mobilizada por um fundamentalismo religioso cada vez mais agressivo e excludente. E o mesmo está acontecendo na Europa, onde o esvaziamento ideológico do projeto de unificação abriu portas para um aumento contínuo da intolerância dentro do seu próprio território e dentro de toda sua antiga zona de dominação colonial, em particular no Grande Oriente Médio. Um panorama regional que se agrava ainda mais com o distanciamento recente entre EUA e Israel, dois povos que se consideram “escolhidos” e que compartilham a mesma genealogia divina. Mas esta fragmentação e esta radicalização não se restringem mais a estes pontos estratégicos da geopolítica mundial, e tem avançado mesmo em sociedades que pareciam imunes a este tipo de fundamentalismo e que agora aparecem divididas pela intolerância e pela proposta explícita de negação do diálogo e da convivência, e de exclusão – muitas vezes - da própria pessoa física dos adversários. Como é o caso mais recente da sociedade brasileira, que até hoje se considerava “cordial”, e apenas “abençoada por Deus”. Frente a esta situação que tende a se agravar em todo mundo só cabe resistir à intolerância com a tolerância, à irracionalidade com a razão, ao fanatismo com a tranquilidade dos que sabem que não existem os “escolhidos” nem existem pessoas superiores aos demais. Junto com a defesa intransigente, no plano internacional, de que chegou a hora de enterrar de uma vez por todas, a fantasia arrogante dos “povos escolhidos”, na relação entre as nações.

Fevereiro de 2015

---

**Editorial Cultural FM Torres RS – 02.04.24**

A difícil transição energética

~~~~~\*\*\*\*

O horror da exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha

<https://www.youtube.com/watch?si=AcBQUHQq95UA8&v=ZzvYhXmQTSk&feature=youtu.be>

O MARKETING DO LÍTIO VERDE

@ Márcio Metzker - <https://www.cedefes.org.br/o-marketing-do-litio-verde/>

Verdades inconvenientes sobre as energias verdes Uma elite poderosa financia ilusões. Já está completa a fusão entre o ambientalismo e o capitalismo- Publicado em 12/09/2023 - Gustavo José Simões, doutor em Engenharia Mecânica pela UFRJ e Historiador.

<https://aepet.org.br/artigo/verdades-inconvenientes-sobre-as-energias-verdes/>

~~~~~\*\*\*\*

Nacionalismo metálico' entra no radar- Relatório da OCDE aponta crescentes restrições às exportações de matérias-primas especiais empregadas na transição para a energia verde <https://gilvanmelo.blogspot.com/.../assis-moreira...>- Assis Moreira - Valor Econômico Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 8As matérias-primas críticas tomam crescente espaço em estratégias de governos para assegurar o abastecimento, na transformação de uma economia dominada por combustíveis fósseis, em uma economia liderada por tecnologias de energia renovável. Há oportunidades, mas também riscos de mais conflitos comerciais e mais tensões internacionais. O Brasil, em todo o caso, poderá ter papel relevante na cadeia de suprimentos da transição verde. Algumas matérias-primas relativamente abundantes, que tradicionalmente têm sustentado a produção industrial, como alumínio, cobre e minério de ferro e aço, continuarão sendo essenciais nos setores verdes. Outros materiais, como minerais de terras raras, lítio, cobalto ou níquel, são predominantes nas novas tecnologias, veículos elétricos, energia renovável. A transição verde reduzirá a dependência global de combustíveis fósseis. Ocorre que a produção de matérias-primas industriais é bem menor que a oferta de petróleo. Além disso, relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta crescentes restrições às exportações. Um alto funcionário europeu reagiu tuitando: "Preparem-se para o nacionalismo metálico". O tema está na ordem do dia impulsionado pelo compromisso de um grande número de países de alcançar emissões líquidas

zero de CO2 até 2050. Isso exigirá um aumento enorme da produção e do comércio internacional de várias matérias-primas para descarbonizar as economias. Exemplo: um carro elétrico típico requer seis vezes mais insumos minerais do que um carro convencional, e uma usina eólica terrestre exige nove vezes mais recursos minerais do que uma usina a gás. Pelas projeções da Agência Internacional de Energia (AIE), nos próximos 20 anos a demanda do setor de energia limpa por materiais como cobalto, grafite natural ou lítio aumentará de 20 para mais de 40 vezes. Na última década, o lítio, elementos de terras raras, cromo, arsênico, cobalto, titânio, selênio e magnésio registraram as maiores expansões de volume de produção, variando entre 33% para magnésio a 208% para o lítio. Mas a OCDE calcula que esse aumento é modesto comparado ao projetado crescimento da demanda na transição verde.

Ao mesmo tempo, a produção de outras matérias-primas críticas, como chumbo, grafite natural, zinco, minérios metálicos preciosos e concentrados e estanho, declinou nesse período. A produção é hoje concentrada em alguns países. A China é um dos principais produtores de seis das dez matérias-primas críticas com produção mais concentrada, enquanto Austrália e Rússia aparecem três vezes, e a África do Sul e o Zimbábue, duas vezes. Por sua vez, a concentração no comércio internacional desses produtos parece mais modesta, mas a OCDE mostra visível inquietação. Metade da dependência de abastecimento de seus países membros (38 industrializados e alguns emergentes) está concentrada em países do Brics: a China responde por 24% do total, a Rússia por 10%, seguida por Brasil (6%), África do Sul (6%) e Índia (4%). Ela ocorre em uma gama de diferentes matérias-primas críticas, mas sobretudo em metais tradicionais como ferro e aço, cobre e alumínio, também utilizados intensivamente em tecnologias verdes. O Japão é responsável por 9% de toda a dependência, seguido por Chile, Colômbia e Austrália (8% cada).

Chile e Austrália, por exemplo, dependem principalmente de ferro, aço e produtos químicos inorgânicos importados principalmente da China e de outros países do Brics, e a Colômbia, de materiais de alumínio. Ao mesmo tempo, a incidência global de restrições à exportação de matérias-primas críticas aumentou mais de cinco vezes em dez anos. Cerca de 10% do valor global das exportações de matérias-primas críticas enfrentou pelo menos uma medida de restrição às exportações nos Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 9 últimos anos. A OCDE atribui o uso dessas barreiras a uma mistura complexa de considerações econômicas e não econômicas. China, Índia, Argentina, Rússia, Vietnã e Cazaquistão são os seis principais países que mais impuseram novas restrições na exportação. Com a China, o Ocidente tem crescente rivalidade. Com a Rússia, tem a guerra na Ucrânia. É nesse cenário de alta tensão geopolítica que os países da OCDE estão cada vez mais expostos a restrições à exportação de matérias-primas críticas. O Chile é país que mais recentemente anunciou plano de nacionalizar as reservas de lítio. O México já decidiu a nacionalização de sua indústria dessa commodity no ano passado. A Indonésia controla a exportação de níquel, pela qual quer ser uma potência na energia limpa. O Zimbábue proibiu a exportação de lítio não processado. Na América Latina, segundo levantamento da Universidade de Boston (EUA), os investimentos de companhias da China focam cada vez mais em lítio, energia renovável e veículos elétricos. Em janeiro, a Bolívia anunciou acordo de investimento de US\$ 1 bilhão com os chineses envolvendo suas reservas de lítio. O Brasil tem um peso nada desprezível em algumas matérias-primas industriais estratégicas. Conforme levantamento da OCDE, o país detém a segunda maior reserva mundial de elementos de terra rara (18,33% do total), bastante utilizada na indústria de alta tecnologia; de manganês (13,6%) e de ferro-gusa (18,8%). Tem a terceira maior reserva de níquel (12,4%) e também

de grafite natural (24%). Mas, em termos de produção, só aparece entre os maiores com o grafite, com 8,5% do total e 2% de ferro-gusa. O estudo não menciona que o Brasil é o maior produtor mundial de nióbio, metal muito resistente ao calor e ao desgaste e amplamente cobiçado. O país impõe licença de exportação para quatro produtos: nióbio, terras raras, titânio e zircônio (com grande aplicação na indústria nuclear). O interesse de parceiros aumentou. A China busca investir onde pode, no setor. A União Europeia quer explorar com o Brasil uma parceria estratégica em matérias-primas críticas. No governo de Jair Bolsonaro, a diplomacia brasileira já tinha respondido aos Estados Unidos que eles eram bem-vindos, inclusive para fazer diferença em investimentos nesse setor, mas que o Brasil não pretendia privilegiar parceiros, como queria Washington. Agora, cabe ao governo Lula definir claramente a direção que o país vai tomar. Energia é poder: eis a razão das farsas da transição e de danos ambientais Por: Pedro Augusto Pinho (\*)-Jornal Brasil Popular/RJ - 01/04/2024 <https://brasilpopular.com/energia-e-poder-eis-a-razao-das-farsas-da-transicao-e-de-danosambientais/> INTRODUÇÃO A história do homem e da sociedade que ele construiu podem ser contadas pelas energias que descobriu e criou ao longo da sua existência. Nascemos na África Oriental, mais precisamente na Etiópia, onde arqueólogos encontraram o mais antigo hominídeo, a australopiteca Lucy, no deserto de Afar, com três milhões e duzentos mil anos. A palavra australopiteco é composta do latim "austral", que significa "do sul", e do grego "pithicos", macaco. Assim fomos denominados: macacos do sul, embora estivéssemos um pouco ao norte da linha do Equador, porém os antropólogos identificam o berço da humanidade neste entorno que vai da Etiópia, passa pelo Quênia, e chega à Tanzânia. Somos negros de nascença. Levamos uns nove mil anos povoando a África antes de nos aventurarmos para fora do continente. E havia forte razão para isso, os efeitos da última glaciação, Würms (150 mil anos), Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 10 que deixara a Terra coberta de gelo do paralelo ao norte da África ao círculo polar, que impedia o nosso ancestral de ingressar na Europa. O homem se deslocava preferencialmente pelas margens do rio, onde encontrava água para beber, se refrescar e fazer sua higiene. Por isso, as duas mais antigas civilizações foram constituídas ao longo do rio Nilo, a egípcia, e no Oriente Médio, entre os rios Tigre e Eufrates, a mesopotâmica suméria. O primeiro grande passo para esse homem povoador foi a descoberta do fogo. São controversas as datações, mas, considerando a capacidade para entender o significado do fogo e saber usá-lo para solução dos problemas, adotamos os critérios do paleoantropólogo queniano Richard Erskine Leakey (1944-2022), colaborador da "História Geral da África", promovida pela UNESCO, e a colocamos há 21 mil anos. Foi com o fogo, a primeira fonte de energia, que nossos ancestrais se espalharam pelo mundo, entraram na Europa e construíram o terceiro mais importante núcleo populacional, no extremo oriental da Ásia, às margens do rio e do Mar de mesmo nome, Amarelo, e onde, atualmente, estão as províncias chinesas de Hebei e Shandong, os míticos reinos Yin e Zhou. FOGO, VENTO E SOL DURARAM MILÊNIOS A produção e consumo de energia proveniente do fogo, do Sol, dos ventos, das águas dos rios começam no alvorecer da espécie humana e duram até o século XVIII da era cristã. Foram devastadas florestas, constituídos desertos áridos, alterados cursos de rios, climas e recursos naturais por todos estes mais de 20 mil anos. E a geologia também fazia sua parte, movimentando as placas tectônicas, abrindo fendas, produzindo ciclones, tsunamis, expelindo lavas e gases do centro da Terra, com erupção dos vulcões. No século XV, com a força dos ventos, os europeus, procurando nova rota para atingir a Ásia, descobrem a América. Abriu-se imensa fonte de recursos, o ouro, a prata, e todo um Novo

Mundo para explorar. O genocídio das populações existentes chegou, conforme relatos astecas, espanhóis, franceses e portugueses a 90% da população. A Europa se enriquece pelos séculos XVII e XVIII e passa a exigir mais e melhores produtos para seu conforto, luxo, qualidade alimentar, deslocamentos, que incentivam artesãos e inventores a produzi-los. É a revolução industrial que necessita de maior quantidade de energia do que as tradicionais fontes forneciam. O carvão mineral, energia fóssil, deu sustentação à Primeira Revolução Industrial, da máquina a vapor. Data-se este feito em 1760. E, logo a seguir, pelos anos 1860, tem início o uso, como fonte de energia, de outra energia fóssil, o petróleo. Portanto, temos energias que acompanham o homem desde seu dispersar pelo mundo, e outras que são utilizadas a menos de três séculos. Porque seriam estas recentíssimas, que exigem maior aplicação de tecnologia para sua produção, e que, ao contrário das outras milenares, podem ser armazenadas para uso quando necessárias, mais nocivas à humanidade? Alguma informação está sendo ocultada dos povos, dos que conheceram extraordinário desenvolvimento social, econômico e civilizacional com o advento das energias fósseis. Arrisquemos a hipótese da desigual distribuição, entre os países do mundo, das reservas de energias fósseis. As reservas de carvão estão concentradas em cinco países, com bilhões de toneladas, ao fim de 2020: EUA (249), Rússia (162), Austrália (150), China (143) e Índia (111). As de petróleo, em Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 11 bilhões de barris, na mesma data, assim se distribuíam: Venezuela (303), Arábia Saudita (297), Irã (158), Iraque (145) e Rússia (108). Apenas a Rússia, que os EUA consideram sua perpétua inimiga, pois é país imenso, diversificado, sabe conviver com todas etnias que habitam os cerca de 22 milhões e meio de km<sup>2</sup>, e é o maior obstáculo para concretização do estadunidense “Destino Manifesto” (1845), está presente entre as cinco maiores reservas de fontes primárias de combustíveis fósseis. Como não há como esconder ou dar interpretações farsantes ao poder das energias existentes na Rússia, restou criar embusteadas razões para trocar energias armazenáveis e baratas por intermitentes e caras. FALÁCIAS E CUSTOS NAS TRANSIÇÕES ENERGÉTICAS “A União Internacional de Ciências Geológicas rejeitou a controversa designação para a época atual da história da Terra como o Antropoceno ou a Era Humana. A decisão foi tomada por votação do comitê do órgão global de geologia, composto por cerca de 24 acadêmicos em fevereiro. A rejeição resolveu a disputa de 15 anos sobre se a atividade humana, desde a década de 1950, mudou o clima da Terra e outros sistemas o suficiente para justificar a declaração de nova era na sua evolução geológica. A comissão executiva confirmou a votação em comunicado divulgado nesta quarta-feira” (20/03/2024, Telegram, Sputnikbrasil). Em artigo (O recuo da “Net Zero”) na revista Solidariedade Ibero-Americana (fevereiro de 2024), o geólogo Geraldo Luís Lino escreveu: “em 2022, a produção mundial de carvão atingiu novo recorde – 8,3 bilhões de toneladas – com tendência de crescimento, no primeiro semestre de 2023. A Índia, onde 73% da geração elétrica dependem do carvão, planeja expandir sua produção em 60% até 2030. A China construiu 182 usinas termelétricas a carvão entre 2021 e 2023, acrescentando o total de 131 gigawatts à sua capacidade geradora”. E transcrevendo Ross Clark, colunista da revista The Spectator e autor de livros sobre energia, que “argumenta que as fontes eólicas e solares estão em alta”, diz que nem tudo vai bem nesta indústria da substituição energética: “A nova capacidade adicional caiu 21%, entre 2021 e 2022. A razão é que os custos do aço, cimento e outras matérias-primas usadas na construção das fazendas eólicas começaram a subir drasticamente. A alta dos juros também aumentou os custos de construção”. Ainda de Clark: “Nos EUA, o valor das ações das



empresas de energia limpa perdeu US\$ 30 bilhões em novembro de 2023, em decorrência do "nervosismo" dos investidores com a lucratividade das empresas, apesar do apoio de bilhões de dólares estadunidenses à indústria com a Lei de Redução da Inflação de Joe Biden". Qualificar os gélidos especuladores em bolsas de valores como "investidores nervosos" é desprezar a mediana inteligência da população. Vamos a dados mais objetivos. Um barril de petróleo contém 1.700 KWh de energia. As tarifas cobradas a usuários não industriais, no Rio de Janeiro e em São Paulo, pelas concessionárias situavam-se entre R\$1,20 R\$1,35, no último trimestre de 2023. Ao câmbio de US\$1/R\$5, o barril Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 12de petróleo, vendido como energia elétrica residencial, custava pouco mais de US\$ 400. Neste século o petróleo jamais chegou a US\$ 130/barril. E o custo da energia elétrica no Rio de Janeiro e São Paulo é, majoritariamente, quase exclusivamente, obtido da energia hidroelétrica; muito mais barata do que a eólica e a fotovoltaica. O mundo construído a partir de 1980, sob a ideologia neoliberal, é, verdadeiramente, o mundo das fantasias, dos engodos, adulações, farsas, corrupções e ardis. Criou-se o mercado no lugar do Estado. Mas o mercado só tem lugar para vencedores, que sempre serão minoritários, e a população majoritária como fica? Morando nas ruas, sem atendimento médico, sem instrução? Nas relações internacionais voltaram os eixos do mal, os terroristas islâmicos, todas as criações publicitárias estadunidenses, anglo-holandesas, eurocentristas, para justificar suas ações contra os povos que não aceitam a escravidão, o saque de seus bens, a exclusão física, como indesejáveis e onerosos seres estúpidos e incapazes. Ao lado do controle das energias, sob o falso pretexto das mudanças climáticas, também buscam controlar as mentes das pessoas com o controle dos sistemas educacionais e das comunicações. Verifique quem são os efetivos proprietários dos órgãos de comunicação digital, das redes virtuais, e encontrarão os gestores de ativos: BlackRock, Vanguard, State Street, Fidelity, J.P. Morgan entre dezenas de outros. A corrupção e a chantagem obrigam acadêmicos a fazerem declarações que sabem erradas, incorretas, no mínimo questionáveis. Também revistas, associações, educandários de todos os níveis a divulgarem e ensinarem conceitos e fatos inautênticos, inverídicos, irreais. Vivemos, no Ocidente, a sociedade que retrocede, não apenas na economia, mas no desenvolvimento intelectual, nos relacionamentos saudáveis, na cooperação entre os povos. Caro leitor, o número de guerras que o poder neoliberal provocou e incentivou países a dar início desde 2000 é assombroso, considerando a existência de equipamentos para instantânea informação. Mas há quem acredite na farsa do 11 de setembro, e passe a ver os muçulmanos como inimigos, o Irã como um eixo do mal, o Estado de Israel usando seu exército na defesa do território que nunca foi seu, como justificativa para o genocídio do povo palestino. As pressões para a transição energética são pressões para manutenção de colônias euroestadunidenses, como se viam no século XIX. Aliás o neoliberalismo nada mais é do que a ideologia das finanças apátridas impondo-se no século XXI. (\*)

Por Pedro Augusto Pinho, ex-professor universitário, pertenceu ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, atuou em diversos países da África e na América do Sul como consultor em planejamento energético e organizador de instituições para executar projetos de energia, quer como representante da Organização das Nações Unidas (ONU), quer atuando pela Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRÁS, quer como consultor Rua Pedro Cincinato Borges 376 salas 504 – Edifício Monte Cristo 13independente, foi presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e hoje é articulista em mídias impressas e digitais e administrador aposentado.

~~~~~

